



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2020 – BB-826015

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATÁ**, através de sua Pregoeira Pública, a servidora Evalda Maria da Paz Guimarães, instituída pela Portaria nº. 500/2019 - GP, de 05/11/2019, com os demais membros da equipe de apoio, Marluce Gonçalves Silva, Sandra Carmem da Silva, Margaret Maria Pereira do Rego e Alisson Douglas de Barros, torna público aos interessados a abertura do **Processo Licitatório CEL/FMS nº 028/2020 – Pregão Eletrônico nº 026/2020**, regido pela Lei nº 10.520/2001, pelas Leis Complementares n.º 123/2005 e 147/2014. Decreto Federal 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decretos Municipais nº. 064/2017, 016/2018 e 046/2018 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	Dia 25/08/2020, às 08:00 horas
ABERTURA DAS PROPOSTAS:	Dia 08/09/2020, às 08:30 horas
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:	Dia 08/09/2020, às 10:00 horas
TEMPO MÍNIMO DE DISPUTA:	10 min + Prorrogação automática
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO:	BANCO DO BRASIL
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	www.licitacoes-e.com.br

1.0 – DO OBJETO:

1 Constitui objeto desta licitação Formação de registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes, acessórios, instalação dos equipamentos, treinamento operacional, sistema de interfaceamento e manutenção preventiva e corretiva, para suprir a necessidade do Laboratório Municipal e atendimento às Unidades Assistenciais de Saúde da Rede Pública Municipal de Gravata - PE.

1.1 - Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.1.1 – **ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA;

1.1.2 – **ANEXO II** - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO;

1.1.3 – **ANEXO III** – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE;

1.1.4 – **ANEXO IV** – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;

1.1.5 – **ANEXO V** – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

1.1.6 – **ANEXO VI** – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

1.1.7 – **ANEXO VII** – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS; e,

1.1.8 – **ANEXO VIII** - MINUTA DO CONTRATO.

2.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS / DO VALOR MÁXIMO:

2.1 - As despesas decorrentes dessa contratação estão programadas em dotação orçamentária, previstas no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Gravata, para o exercício de 2020, que serão indicadas abaixo:



ATENÇÃO BÁSICA- ATB

ÓRGÃO: 02.18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02.18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE: 10.301.1003.2452.0000 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA

DESPESA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 09 – RECURSOS TRANSFERIDOS PELO SUS

ÓRGÃO: 02.18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02.18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE: 10.301.2452.0000 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA

DESPESA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 00 - SAÚDE – GERAL

MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

ÓRGÃO: 02.18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02.18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE: 10.302.1004.2454.0000 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 09 – RECURSOS TRANSFERIDOS PELO SUS

ÓRGÃO: 02.18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02.18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE: 10.302.1004.2454.0000- MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 00 – SAÚDE-GERAL

2.2– DO VALOR MÁXIMO:

- 2.2.1. - O valor máximo da licitação é de R\$ 1.489.058,97 (um milhão quatrocentos e oitenta e nove mil, cinquenta e oito reais e noventa e sete centavos), conforme pesquisa de preços em anexo.

3.0 – DA PARTICIPAÇÃO:

3.1. Para o acesso ao sistema eletrônico, licitações-e, os licitantes e seus representantes credenciados deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal, intransferível, obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

3.1.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no www.licitacoes-e.com.br.

3.1.2. No caso de sócio, proprietário, ou dirigente da empresa proponente, deverá apresentar cópia



do Estatuto ou Contrato Social, com poderes expressos para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa.

3.1.3. As microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e alterada Nº 147, 07.08.2014, devem efetuar o credenciamento com as expressões “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte”, “ME” ou “EPP”, junto à sua firma ou denominação, conforme o caso, para que possam fazer jus aos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei.

3.1.4. Quaisquer dúvidas sobre o credenciamento devem ser esclarecidas diretamente nas agências do Banco do Brasil S.A. sediadas no país.

3.2. A chave de identificação e a senha terão prazo de validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor do sistema, com a devida justificativa.

3.3. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.4. O uso da senha é de exclusiva responsabilidade do licitante, inclusive nas transações efetuadas diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à entidade promotora da licitação qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.6 - Quaisquer dúvidas sobre o sistema eletrônico do Banco do Brasil www.licitacoes-e.com.br devem ser dirimidas junto ao suporte deste sistema.

3.7. Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e, ainda, estiverem devidamente cadastradas junto ao Banco do Brasil, através do site www.licitacoes-e.com.br.

3.8. NÃO PODERÃO CONCORRER:

- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;
- b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pela Prefeitura Municipal de Gravata; ou ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, motivada pelas hipóteses previstas no art. 7º, da Lei nº 10.520/02 e no art. 88, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- c) sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- d) tenham objeto social incompatível com o objeto licitado;
- e) empresa estrangeiras que não funcionem no país;



- f) empresas cujos diretores, sócios, responsáveis ou empregados, haja algum dirigente ou servidor da Prefeitura Municipal de Gravatá;
- g) duas ou mais empresas com participação societária entre si;
- h) empresa que não estiver atuando no ramo do objeto licitado; e,
- i) quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

3.9. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DO CONSÓRCIO

3.9.1. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio, em qualquer que seja sua forma de constituição;

3.9.2. No que se refere à vedação de consórcio, cabe mencionar que se trata de faculdade do Fundo Municipal de Saúde conforme art. 33 da Lei nº 8.666/93, uma vez que o objeto em si é comercializado por várias empresas do ramo, sendo desnecessária a formação de consórcio para o cumprimento das obrigações de fornecimento. Tal vedação só se tornaria restritiva, se o objeto trouxesse situações factuais, econômicas, de mercado, etc., o que não é o caso do objeto deste processo.

3.9.3. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade, pois o objeto do presente procedimento licitatório consiste na contratação de bem comum, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade. Além disso, existe grande quantidade de empresas nacionais do ramo que conseguem realizar a entrega do objeto do presente procedimento licitatório sem a necessidade de formar consórcio, conforme ratificado pela análise de mercado conferidas para elaboração do mapa de cotações.

3.9.4. Ressaltamos ainda que, não há complexidade na aquisição que torne restrito o universo de possíveis licitantes, também não há qualificação técnica que justifique a união de várias empresas para o cumprimento das exigências, restando claro que tal medida não representaria ampliação da competitividade que é um dos objetivos primordiais do regime legal das licitações públicas.

4.0 – DA PROPOSTA:

4.1 - No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, cada licitante credenciado deverá enviar, **exclusivamente por meio eletrônico**, JUNTAMENTE com os **documentos de habilitação** exigidos no edital, a **proposta inicial** com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação (proposta + habilitação). **O NÃO ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JUNTO COM A PROPOSTA**, ocasionará a **INABILITAÇÃO** da licitante, através do portal www.licitacoes-e.com.br, sua proposta e respectivo(s) anexo(s), **sem qualquer identificação do licitante**, devendo obedecer aos seguintes requisitos:

a) conter preço global por lote, expressos em moeda nacional, em algarismo e por extenso, respeitando as unidades e quantidades do termo de referência;

a.1) os preços unitários dos produtos deverão ser apresentados na proposta comercial a ser enviada no anexo disponível no portal do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br) ou no campo “informações adicionais”, em algarismos e por extenso, expressos em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais, após a vírgula (R\$ 0,00), sem inclusão de encargos financeiros ou previsão inflacionária.



b) O licitante que **Não** indicar a **MARCA**, terá **sua proposta desclassificada**.

b.1) os licitantes que não enviarem proposta em anexo no portal do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br) devem preencher no campo “informações adicionais” as informações exigidas na proposta, bem como as especificações técnicas sucintas do objeto ofertado, se for o caso.

b.2) **a proposta comercial e seus anexos, neste momento, não deverão conter dados que identifiquem o Licitante, sob pena de desclassificação;**

b.3) o licitante deve declarar na proposta de preços se é microempresa ou empresa de pequeno porte, sob pena de não fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Nº 147/2014.

c) apresentar preços correntes e de mercado, sem quaisquer acréscimos, em virtude de expectativa inflacionária ou custo financeiro. Nos preços ofertados devem estar inclusas todas as despesas incidentes ao objeto licitado, tais como tributos, seguros, fretes e outros. Tais custos serão considerados como incluídos nos preços, independentemente de declaração do licitante.

4.2. Para cada parcela de entrega os preços cotados deverão ser à vista (fixos e irrevogáveis) e expressos em moeda nacional, incluídos todos os encargos e despesas.

4.3. Ocorrendo divergência entre o preço informado no sistema do banco e o indicado no documento anexo, prevalecerá o primeiro.

4.4. Não serão aceitos preços unitários acima daqueles estimados pelo Fundo Municipal de Saúde, conforme preço de referência no processo.

4.5. A proposta não pode apresentar valor inferior a um centavo de Real, conforme a Lei nº 9.069 de 29 de junho de 1995.

4.6. Na proposta o licitante não poderá indicar mais de um preço para o mesmo lote, sob pena de desclassificação do lote cotado.

4.7. Os licitantes deverão apresentar proposta para fornecimento da quantidade total estimada para o item.

4.8. O licitante poderá apresentar proposta para um ou mais lotes licitados, os quais serão julgados de acordo com o item 7.0 deste edital.

4.9. O prazo de validade da proposta é de, no mínimo, 90 (noventa) dias a partir da data marcada para a sua apresentação, independentemente de declaração do licitante.

4.10. Antes de vencido o prazo de validade da proposta referido no subitem anterior, ao Fundo Municipal ou a Pregoeira poderá solicitar que o licitante o prorogue, mediante declaração expressa.

4.11. Na proposta a ser cadastrada no sistema www.licitacoes-e.com.br o valor total do lote a ser disputado deverá considerar a quantidade multiplicada pelo preço unitário, devendo ser expresso em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais, após a vírgula (R\$ 0,00);

4.12. **APÓS A FASE DE LANCES**, o licitante arrematante fica obrigado a enviar (dentro do sistema) a proposta



comercial reformulada corrigindo os valores unitários dos itens e o valor total do lote, para que se compatibilizem com o lance final ofertado.

4.13. Havendo divergência entre o valor constante do lance final e o constante da proposta, caberá à Pregoeira decidir aceitar o menor valor como contraproposta.

4.14. A quantidade de produtos relacionada na proposta serve apenas como orientação para composição de preços não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade do produto, o preço permanecerá inalterado.

4.15. O licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome, no sistema eletrônico, reconhecendo como verdadeiras e firmes suas propostas e respectivos lances.

4.16. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.17. O licitante com filiais ou empresas que façam parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, só poderá apresentar uma única proposta individual. Entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro as empresas que tenham diretores, acionistas (com mais de 5% de participação) ou representantes legais comuns e as que dependam econômica ou financeiramente de outra empresa ou a subsidiem.

4.18. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações contidas no Anexo I do Termo de Referência.

4.19. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.0 – DA HABILITAÇÃO:

5.1 – Os licitantes encaminharão **EXCLUSIVAMENTE** por meio do sistema todos os documentos de habilitação exigidos no edital, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão. O NÃO ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA OCASIONARÁ A INABILITAÇÃO DO LICITANTE.** O licitante deverá anexar os documentos de habilitação em **TODOS OS LOTES** que for participar.

O Licitante terá o prazo de até 08 (oito) horas, **a partir da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico**, para envio de documentos de habilitação, **(apenas documentos de habilitação COMPLEMENTARES)**, conforme IN (SLTI/MP) nº 01 de 26/03/2014.” CASO O LICITANTE NÃO ATENDA O PRAZO, ENVIANDO SUA HABILITAÇÃO COMPLEMENTAR, SERÁ CONSIDERADO DESCLASSIFICADO. Exemplo: (documentos que tenham perdido sua vigência entre o tempo que foi anexado até a data da abertura da sessão do certame). Nenhum documento poderá ser enviado por e-mail, fax, correios, em mãos ou outros meios de comunicação, **SOMENTE VIA SISTEMA.**

5.1.2. Habilitação Jurídica:

a) registro comercial, em caso de empresa individual, acompanhado de cédula de identidade do representante legal da empresa;



b) **ato constitutivo, estatuto ou contrato social**, em vigor, devidamente registrado que, no caso de sociedades por ações deve vir acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

b.1) o documento exigido na letra “b” deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);

5.1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

5.1.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

5.1.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.1.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.1.3.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal**, do domicílio ou sede do licitante;

5.1.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal ou Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.1.3.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

5.1.4. Qualificação Econômico-Financeira:

5.1.4.1. **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da licitante, ou de seu domicílio ou, no caso de empresas em recuperação judicial, que já tenham tido o plano de recuperação homologado em juízo, certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a licitante está apta econômica e financeiramente a participar do



procedimento licitatório;

5.1.4.2. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial referente aos processos distribuídos eletronicamente da sede da licitante ou de seu domicílio, a exemplo do **PJe**;

a) A certidão descrita no subitem 5.1.4.2 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial da sede da licitante ou de seu domicílio (subitem 5.1.4.1.), contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

5.1.4.3. Caberá ao licitante obter a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, de acordo com as disposições normativas do respectivo Estado da Federação da sede da licitante ou de seu domicílio.

5.1.4.4 Caso o licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico financeira para todos os itens em que seja classificado provisoriamente em primeiro lugar, caberá ao Fundo Municipal especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote, os respectivos lotes para os quais o licitante será habilitado.

5.1.4.5. As certidões que não apresentarem prazo de validade serão consideradas válidas por um período de 90 (noventa) dias de sua emissão, salvo previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal, ficando a licitante responsável por juntar a respectiva comprovação.

5.1.4.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital;

5.1.4.7. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pela Pregoeira nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

5.1.4.8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

5.1.5. Qualificação Técnica:

5.1.5.1. Licença de funcionamento da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal em vigor;

5.1.5.2 Autorização de funcionamento da empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de vigilância Sanitária - ANVISA, Publicada no Diário Oficial da União, em vigor, respaldada na Lei 9.782 de 26/01/1999, com a Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, Resolução RDC nº 238 de 27/12/2001 e republicada na D.O. 04/03/2002.

5.1.5.2. Certificado de Regularidade Técnica, dentro do prazo de validade, expedida pelo Conselho Regional de Farmácia, ou outros Conselhos, para profissionais como Biomédicos (CRMB) ou Biólogo, do Estado em que se encontra estabelecida licitante, acompanhado de identificação do profissional, bem possuir em seu quadro permanente, assistência técnica local, contendo profissional responsável devidamente cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, para representar a empresa durante a execução do contrato

5.1.5.3. 01 (um) atestado de empresa distinta, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido produtos **compatível e pertinente com o**



objeto deste Edital, devendo o atestado conter, além do nome do atestante, seu endereço e telefone, ou qualquer outra forma de que o **Fundo Municipal de Saúde** possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

5.1.5.4. Todos os reagentes deverão ter **Registro na ANVISA**, Válidos e atualizados e encaminhados a CEL junto com a habilitação.

5.1.6. Cumprimento do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal:

5.1.6.1. Declaração do licitante afirmando o cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, assinada por representante legal da empresa, conforme modelo anexo a este Edital.

5.2. Outras considerações sobre a Habilitação:

5.2.1. Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a abertura das propostas.

5.2.2. Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterada pela Nº 147/2014.

5.2.3. É facultado à Pregoeira ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução deste processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

5.2.3.1 No uso da prerrogativa conferida pelo § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/93, a Pregoeira poderá solicitar, a qualquer tempo, os originais de procurações, documentos de habilitação, documentos que integrem as propostas dos licitantes e quaisquer outros cujas cópias sejam apresentadas durante o processo licitatório.

5.2.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito da regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

5.2.5. Havendo restrição na regularidade fiscal da microempresa e empresa de pequeno porte, ser-lhe-ão assegurados o prazo de 05(cinco) dias úteis para sanar a irregularidade, mediante pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

5.2.6. Os documentos necessários à habilitação do licitante deverão ser apresentados:

a) Em uma única via, em original; ou

b) Por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pela Pregoeira ou por membro da Comissão ou equipe de apoio; ou



c) Publicação em órgão da imprensa oficial.

5.2.6.1. Fica vedada sua apresentação através de cópia produzida via e-mail ou fax ou que se encontre ilegível, no todo ou em parte.

6.0 – DA IMPUGNAÇÃO:

6.1. Qualquer pessoa poderá impugnar este edital, até **03 (três)** dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, conforme estabelece o Art. 24 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

6.1.1. A impugnação do edital deve ser enviada à Pregoeira, no prazo do subitem 6.1, para o seguinte endereço: Rua Cel. Gustavo Borba, nº 490, Santa Luzia, Gravata/PE, CEP: 55.642-550, no horário das 08 (oito horas) às 12:00 (doze horas), em dias úteis.

6.1.2. Não serão admitidas impugnações enviadas fora do prazo e horário previstos no subitem anterior.

7.0 – DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO:

7.1. A licitação será processada e julgada de acordo com as disposições da Lei Ordinária nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela nº 147/2014, Decreto 10.024/2019, dos Decretos Municipais nº 064/2017, 016/2018 e 046/2018 e demais normas aplicáveis à espécie, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, devendo ser observado os seguintes procedimentos:

I – Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

II – Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e documentos de habilitação anteriormente apresentados.

III – A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando da Pregoeira com a utilização de sua chave de acesso e senha.

IV – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

V – A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

VI – A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

VII – As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.



VIII – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

IX – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela Pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

X – Classificadas as propostas, a Pregoeira dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

XI – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

XII – O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

XIII – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

XIV – Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

XV – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

XVI – A etapa de lances da sessão no modo de disputa aberto, na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

XVII – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

XVIII – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

a) Havendo empate, nos termos do §2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Nº 147/2014, a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, conforme §3º, do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

b) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, nos termos do §2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Nº 147/2014.

c) Para efeito do exercício do direito de preferência das microempresas ou empresas de pequeno porte previsto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Nº 147/2014, ocorrendo o empate, proceder-se-á na forma do art. 45 do dispositivo legal mencionado.

XIX – Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do Art. 36, caso não haja envio de lances após



início da fase competitiva. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

XX – No caso de desconexão da Pregoeira, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

XXI – Quando a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

XXII – Encerrada a etapa de lances, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

a) Havendo a participação de microempresa ou empresa de pequeno porte com restrição na regularidade fiscal, serão observadas as disposições do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Nº 147/2014, assegurado o prazo para fins de regularização da documentação, nos termos do §1º, do referido artigo;

b) Em casos de empate ficto, será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para a microempresa, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, cuja proposta seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada no final dos lances do pregão, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Nº 147/2014.

b1) Quando houver disputa com a participação em Cota Reservada, não havendo vencedor, o objeto poderá ser adjudicado ao vencedor da cota principal ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, de forma sucessiva, desde que pratique o preço do primeiro colocado, conforme § 2º do art. 7º do Decreto Municipal nº 064/2017, observado ainda o item seguinte;

b2) Se a mesma empresa vencer a Cota Reservada e a Cota Principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado pela empresa, conforme § 2º do art. 7º do Decreto Municipal nº 064/2017;

XXIII – Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

XXIV – Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

XXV – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **(03) três dias para apresentar as razões de recurso**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

XXVI – A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência



desse direito, ficando a Pregoeira autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

XXVII – No julgamento da habilitação e das propostas, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

XXVIII – Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, e será descredenciado no Registro Cadastral do Poder Executivo de Gravata/PE, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato e das demais cominações legais o licitante que:

- a) convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços;
- b) deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa.

7.2. O critério de julgamento será o de menor preço por lote ofertado, admitindo-se como critério de aceitabilidade preços compatíveis com os de mercado.

7.3. Na desclassificação de propostas, observar-se-á o que determina os arts. 43 a 48 da Lei nº 8.666/93.

7.3.1. Serão desclassificadas as Propostas que:

- a) apresentarem cotação para objeto diverso do indicado nesta Licitação;
- b) ofertarem preços simbólicos, irrisórios, de valor zero, ou inexequíveis, na forma da legislação vigente;
- c) não atenderem às exigências deste Edital.

8.0 – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

8.1. A autoridade competente do Fundo Municipal de Saúde de Gravata/PE efetuará a homologação do processo, conforme inciso VI do artigo 43 da Lei nº 8.666/93, e, no caso de interposição de recurso administrativo, fará a adjudicação do objeto ao vencedor, após a decisão do recurso.



8.2. Não havendo interposição de recurso, a adjudicação do objeto será efetuada pela Pregoeira, observando o disposto no subitem 7.1, "XXVI" deste Edital.

9.0 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

9.1. Após a homologação e adjudicação pela autoridade competente, os preços serão registrados na Ata de Registro de Preços cuja minuta constitui o **Anexo VII**, deste Edital.

9.1.1. O presente edital e a proposta apresentada pela adjudicatária integrarão a Ata de Registro de Preços.

9.1.2. O registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I – Será incluído, na respectiva ata da licitação, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

II – O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no site da Prefeitura Municipal de Gravata/PE e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

III – A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o inciso I tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos subitens 9.6 e 9.6.1.

§ 2º Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

I – Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e

II – Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceitado cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

9.2. O Fundo Municipal de Saúde convocará o licitante vencedor para, no prazo de 02 (dois) dias, indicar os dados (nacionalidade, estado civil, profissão, identidade, CPF e endereço) do(s) representante(s) legal(is) da empresa que assinar(ão) a Ata de Registro de Preços, dentre aqueles constantes do estatuto/contrato social, ou do procurador, que deverá apresentar instrumento de mandato específico para tal finalidade, com firma reconhecida em cartório.

9.3. Convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, conforme artigos 62 e 64 da Lei nº 8.666/93.

9.3.1. Os fornecedores classificados, observado o disposto no subitem 9.1.2, serão convocados para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Fundo Municipal.



9.3.2. É facultado ao Fundo Municipal, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.4. A vigência da Ata de Registro de Preços não será superior a 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, produzindo seus efeitos a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

9.4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.5. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada na hipótese da ocorrência de uma ou mais das situações previstas no artigo 21 do Decreto Municipal nº 016/2018, quando o registro do fornecedor:

I – Descumprir as condições da ata de registro de preços ou exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços;

II – Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Fundo Municipal, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deste artigo, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.5.1. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I – Por razão de interesse público;

ou II – A pedido do fornecedor.

9.6. Conforme o artigo 14 do Decreto nº 016/2018, a ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

9.6.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

9.7. A existência de preços registrados não obriga o Fundo Municipal a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.



9.8. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa contratada e a retribuição do Contratante poderá ser revisada, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

9.9. Quaisquer tributos ou encargos legais criados pelo Governo Federal, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, desde que devidamente comprovados através de cálculos e a documentação pertinente.

9.10. Ficará a cargo do Fundo Municipal de Saúde de Gravata/PE o gerenciamento da Ata de Registro de Preços a ser firmada, sendo o mesmo, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR.

10.0 – DA FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO / CONTRATAÇÃO:

10.1. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art.15 do Decreto Municipal nº 016/2018 e art. 62 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.2. Homologado o resultado desta Licitação, o Fundo Municipal de Saúde de Gravata/PE, poderá convocar imediatamente a(s) empresa(s) vencedora(s) para a assinatura do Termo Contratual, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da comunicação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

10.2.1. O prazo para a assinatura do Termo Contratual poderá ser prorrogado uma vez, desde que requerido por escrito, no transcurso do lapso temporal de que trata o subitem anterior, e em face de justificativa aceita pelo Fundo Municipal.

10.3. A recusa injustificada da(s) empresa(s) em assinar o Instrumento Contratual dentro do prazo estabelecido pelo Fundo Municipal de Saúde de Gravata/PE caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a(s) às penalidades legalmente estabelecidas.

10.4. Na hipótese do item anterior, o Fundo Municipal de Gravata/PE, poderá convocar os licitantes remanescentes observados a ordem de classificação, para assinatura do contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.5. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.0 – DO ÓRGÃO GERENCIADOR / PREVISÃO POR NÃO PARTICIPANTES:

11.1. Em consonância com o que prevê o Decreto Municipal nº 016/2018, será permitida a utilização da ata de registro de preços a ser celebrada em decorrência do presente Edital, desde que, não exceda o quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços do Fundo Municipal de Saúde de Gravata/PE, independente do número de órgãos participantes e não participantes que aderirem, mediante as



condições abaixo transcritas:

I - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

II - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Fundo Municipal de Saúde de Gravata/PE para manifestação de anuência quanto à adesão.

III - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições aqui estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Fundo Municipal de Saúde de Gravata/PE.

IV - As contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens deste instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o Fundo Municipal de Saúde de Gravata/PE.

V - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Fundo Municipal de Saúde de Gravata/PE (Órgão Gerenciador da Ata);

12.0 – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO:

12.1. O Fornecimento será conforme demanda, de acordo com a necessidade da contratante.

12.2. O objeto desta licitação deverá ser entregue parceladamente, mediante a expedição de solicitação de fornecimento pelo Setor Competente, a qual deverá ser atendida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da respectiva solicitação.

12.3. As entregas do objeto desta licitação deverão ser realizadas na Central de Abastecimento Farmacêutica (CAF) do município de Gravata/ PE, localizada na Rua do Norte, 510 – Santa Luzia, Gravata-PE no horário das 08:00 as 12:00 horas e das 14:00 as 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto em feriados municipais, estaduais, nacionais e pontos facultativos. Atendendo as especificações descritas na ordem de fornecimento.

12.4. A entrega dos produtos deverá ser efetuada conforme especificado na Ordem de Fornecimento, mediante recibo de entrega, de acordo com as quantidades solicitadas pelo Município, livre de quaisquer outros encargos ou custos, sejam fretes, carretos, taxa de descargas ou embalagens, presentes às Notas Fiscais correspondentes.

12.5. Em caso de devolução do(s) produto(s) por estar(em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à Contratada.

12.6. O licitante ficará obrigado a trocar ou complementar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, às suas expensas, qualquer/quaisquer produto(s) que vier(em) a ser recusado(s) pelo Fundo Municipal de Saúde de Gravata/PE.

12.7. As entregas poderão eventualmente ser suspensas ou alteradas, a critério do Fundo Municipal de



saúde.

12.8. Fica reservado a Administração de Gravata/PE em qualquer fase do certame, o direito a realizar testes que comprovem a qualidade do produto ofertado. Para tanto, o produto será submetido a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que o produto considerado insatisfatório, em qualquer das análises, será automaticamente recusado, devendo ser, imediatamente substituído. Se algum produto apresentar irregularidade, o Fundo Municipal de Saúde o enviará a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para a verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que o produto se identifica ou não com aquele exigido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, nesse caso, as despesas correrão por conta da empresa a ser contratada.

12.8.1. O Fundo Municipal de Saúde o fará quando, no curso da execução contratual, verificada uma qualidade do produto fornecido diferente daquelas especificadas por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, cujas características contrariem as definidas no Termo de Referência, produtos estes alterados e/ou adulterados.

12.9. O Fundo Municipal de Saúde de Gravata/PE reserva-se no direito de suspender o pagamento se o material for entregue em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

13.0 – DO EMPENHO:

13.1. Após homologado este Pregão, é dever do licitante retirar no prazo de 05 (cinco) dias as notas de empenho e ordem de fornecimento sempre que for comunicado pelo Fundo Municipal de Saúde de Gravata/PE, durante a vigência do Registro de Preços.

14.0 – DO PAGAMENTO:

14.1. O pagamento será efetuado, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto licitado, mediante apresentação da Nota Fiscal e Fatura contendo o atesto do recebimento.

14.2. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto qualquer obrigação estiver pendente de liquidação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

14.3. Após a efetivação de cada uma das entregas do objeto licitado, a Nota Fiscal devidamente assinada pelo servidor responsável do Fundo Municipal de Saúde de Gravata/PE, especialmente designado para tal finalidade.

14.4. É indispensável para a liberação do respectivo pagamento a aceitação dos produtos, através do atesto na Nota Fiscal.

14.5. No corpo da Nota Fiscal, ou em campo apropriado, deverá(ão) ser informado(s) o(s) número(s) da(s) nota(s) de empenho(s) correspondente(s).

14.6. Na nota fiscal, deverá constar a descrição, o código, o item e a quantidade.

14.7. Os valores constantes das notas fiscais devem ser expressos em moeda corrente nacional.

14.8. Ocorrendo atraso no pagamento, verificado por culpa exclusiva do CONTRATANTE, haverá incidência de



atualização monetária e juros de mora sobre o valor devido, desde a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização, com base na variação acumulada do IPCA e no percentual de juros de mora de 0,5 (meio por cento) ao mês.

14.8.1. Na hipótese de incidência de encargos por atrasos nos pagamentos devidos, na forma do item anterior, os autos devem ser instruídos com as justificativas correspondentes, a serem avaliadas pela autoridade competente, que verificará se é o caso de apuração de responsabilidades para imputação de penalidades a quem deu causa ao atraso.

14.9. Não será efetuado qualquer pagamento para a empresa penalizada com multa, após o trânsito de regular processo administrativo, sem que haja sido recolhida a multa que lhe tenha sido aplicada.

14.10. Na Nota Fiscal deverá ser indicado o nome do Banco, nome e número da agência e número da Conta Corrente onde será creditado o valor, relativo ao pagamento do produto constante daquele documento.

15.0 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

15.1. Dos atos do Fundo Municipal decorrentes desta licitação poderão ser interpostos recursos administrativos, com base no que determina a Lei nº 10.520/2002, o Decreto Municipal nº 046/2018, aplicando-se, supletivamente, o art. 109 da Lei nº 8.666/93.

15.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.2.1 Os licitantes terão que de forma imediata manifestar intenção de recorrer, motivadamente, em campo próprio do sistema, considerando-se esse prazo como forma imediata mencionada no item 15.2.

15.3. As razões dos recursos serão dirigidas ao Secretário Municipal de Saúde, desde que o licitante tenha manifestado motivadamente a intenção de recorrer, conforme procedimento descrito neste edital, e deverão ser entregues diretamente à Pregoeira, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua Coronel Gustavo Borba, 490 – Santa Luzia, Gravata/PE, CEP: 55.642-550 no horário de 08:00 (oito horas) às 13:00 (treze horas).

15.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.0 – DAS SANÇÕES:

16.1. A inexecução total ou parcial do objeto licitado sujeitará o fornecedor às seguintes penalidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma dos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93:

a) advertência;

b) multa de:

b.1) 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na entrega do objeto, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério do



Fundo Municipal, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.2) 20,0 % (vinte por cento) sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso por período superior ao previsto na alínea "b.1", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) Impedimento de licitar com o Município e descredenciamento do sistema municipal de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, na forma do subitem 7.1 XXVIII deste edital e da lei, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

c.1) Na hipótese de se lhe aplicar a penalidade do art. 87º, III da Lei nº 8.666/1993, o prazo desta sanção será de até 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87º, IV da Lei nº 8.666/1993, acarretando o cancelamento da inscrição no Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Gravata/PE.

16.1.1. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Gravata/PE ao fornecedor ou cobrado judicialmente.

16.1.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, a pena de multa.

16.1.3. As sanções previstas nos itens "c" e "d" desta cláusula também poderão ser aplicadas ao fornecedor que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o Fundo municipal.

16.2. A declaração de inidoneidade acarretará o cancelamento da inscrição no Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Gravata/PE.

16.3. Ficará impedido de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado do Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais, o licitante que:

a) convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não celebrar o contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não mantiver a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal.

16.4. Com referência à sanção de que trata a alínea "b" do subitem 16.1, decorrido o prazo de defesa sem que o fornecedor se pronuncie ou se for considerada procedente a multa, o mesmo será notificado a recolher ao erário municipal o valor devido, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação pela autoridade competente.



16.4.1. Uma vez recolhida a multa de que trata o subitem 16.1, e na hipótese de vir o fornecedor a lograr êxito em recurso que apresentar, o contratante devolverá a quantia recolhida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.0 – DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE A SEREM ADOTADOS:

17.1. Não serão possíveis reequilíbrios e reajustes na Ata de Registro de Preços;

17.2. Os preços registrados nos contratos derivados da Ata, todavia, poderão ser revistos e/ou reajustados mediante requerimento formal do Fornecedor ou mediante solicitação formal do Órgão Gerenciador e/ou do eventual **CONTRATANTE**;

17.3. A Revisão dos preços registrados nos contratos derivados da Ata ocorrerá no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

17.4. O Reajuste dos preços registrados nos Contratos derivados da Ata, somente ocorrerá quando do transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta e deverá observar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme prevê o inciso III do artigo 1º da Lei Estadual (PE) nº 12.525/2003, aplicado ao caso por analogia em face a omissão de previsão na legislação municipal.

18.0 – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

18.1. A inexecução total ou parcial caracterizada pelo atraso na execução do objeto licitado, poderá ser considerada como recusa e ensejar a rescisão contratual.

18.2. – Aplicam-se, no que couber, ao presente contrato, as disposições dos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

19.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

19.1. São as constantes do Termo de Referência (ANEXO I), bem como as decorrentes das características técnicas do objeto deste edital.

19.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto licitado;

19.3. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste instrumento convocatório;

19.4. Efetuar o pagamento devido, de acordo com o estabelecido neste Edital e anexos;

19.5. Facilitar por todos os meios para o cumprimento da execução da CONTRATADA, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas;

19.6. Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos itens a serem fornecidos;

19.7. Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes.

19.7. Rejeitar o objeto que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas;

19.8. Comunicar por escrito à CONTRATADA o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não



adequação aos termos contratuais;

19.9. Informar à CONTRATADA sobre as normas e procedimentos de acesso para entrega do objeto;

19.10. Designar gestor para a fiscalização e acompanhamento do Contrato;

19.11. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nos prazos estabelecidos;

19.12. Solicitar o fornecimento obedecendo aos prazos estipulados neste instrumento, eventualmente, poderão ser solicitadas entregas com prazo menor do que o avençado neste instrumento convocatório, caso em que haverá negociação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA;

19.13. Aplicar a CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;

19.14. À CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições do contrato.

19.15. Demais obrigações contidas neste Edital e no respectivo Termo de Contrato.

20.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

20.1. São as constantes nos artigos 69 e 71 da Lei nº 8.666/93, bem como, as previstas no Termo de Referência (ANEXO I) decorrentes das características técnicas do objeto deste edital.

20.2. Responsabilizar-se integralmente pelos produtos contratados, nos termos da legislação vigente.

20.3. Cumprir os prazos para a perfeita execução do objeto dessa licitação desde a data de assinatura do contrato até o seu encerramento;

20.4. Possuir toda a documentação de habilitação conforme na sessão Item 5 deste documento durante toda a execução da licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, lei nº 8.666/93;

20.5. Entregar o produto conforme descrito neste documento, respeitando todas as normas pertinentes;

20.6. Comunicar ao FMS, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o prazo de vencimento de entrega, os motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo de entrega previsto, responsabilizando pelos danos e prejuízos decorrentes da paralisação na execução dos serviços de saúde, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurado na forma da legislação vigente;

20.7. Substituições de marcas de produtos apenas serão aceitas, em casos de descontinuidade do produto no mercado, bem como a falta de matéria-prima comprometendo a produção, certificado pelos respectivos fabricantes. Em ambos os casos deverão ser emitidos pelo fornecedor documento comprovando situação semelhante em outras instituições de mesmo porte. A nova marca oferecida para substituição também deverá atender às especificações técnicas previstas neste edital;

20.8. Entregar os produtos no endereço especificado em cada Ordem de Fornecimento;

20.9. Arcar com custos relacionados à importação/exportação, de frete, impostos ou quaisquer outros custos que onerem o valor final do objeto licitado;



20.10. Responder por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

20.11. Responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino.

20.12. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais ou civis resultantes da execução do contrato.

20.13 Não será permitida, em hipótese alguma, a transferência das obrigações da CONTRATADA a outros.

20.14 Demais obrigações contidas neste Edital, no respectivo Termo de Referência e no Contrato.

21.0 – DA FISCALIZAÇÃO:

21.1. Durante a vigência do Contrato, sua execução será fiscalizada e acompanhada pela Dra. Andreza Siqueira CRBM n.º 2990, Coordenadora Clínica do hospital Dr. Paulo da Veiga Pessoa.

21.1.1- Fica estabelecido que a fiscalização da quantidade e qualidade técnica, bem como, pelas perfeitas condições do fornecimento, será realizada pelo Dra. Andreza Siqueira CRBM nº 2990, Coordenadora Clínica do Hospital Dr. Paulo da Veiga Pessoa, designado para este fim.

21.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias.

21.3. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, durante o período de vigência contratual, para representá-la sempre que for necessário.

21.4. A CONTRATANTE poderá exigir o afastamento de qualquer profissional ou representante da empresa CONTRATADA que venha causar embaraço a fiscalização do contrato, ou em razão de procedimentos ou atitudes incompatíveis com o exercício de suas funções.

21.5. A CONTRATANTE comunicará por escrito à CONTRATADA as irregularidades encontradas na execução dos fornecimentos, definindo as providências e os prazos para a realização das correções consideradas pertinentes.

22.0 – DA PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO:

22.1. Os licitantes autorizam o acesso irrestrito do Fundo Municipal às contas, registros e demais documentos relacionados à apresentação da proposta e à execução do contrato.

22.2. As informações obtidas em conformidade ao disposto no item anterior serão utilizadas apenas para fins de fiscalização acerca da regular execução contratual, vedada sua divulgação para qualquer outro fim.

23.0 – DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO CERTAME:

23.1. Reserva-se ao Fundo Municipal de Saúde de Gravata/PE o direito de revogar esta licitação, por razões



de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49, da Lei n.º 8.666/93.

23.1.1. No caso de anulação ou revogação do processo licitatório, ficam assegurados aos licitantes o contraditório e a ampla defesa prévios, nos moldes do parágrafo 3º do art. 49 da Lei n.º 8.666/93.

24.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

24.1. A divulgação de informações referentes a esta licitação e os resultados de habilitação, de julgamento das propostas e de recursos interpostos serão publicados na imprensa oficial e no Banco do Brasil www.licitacoes-e.com.br.

24.2. Quaisquer esclarecimentos sobre esta licitação deverão ser solicitados, sempre por escrito, diretamente à Pregoeira, na sede do Fundo Municipal de Saúde de Gravata/PE, situado na Rua Coronel Gustavo Borba, 490 – Santa Luzia, Gravata/PE, CEP: 55.642-550, Fone: (81) 3563.9024, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis antes do prazo fixado para o recebimento das propostas. As respostas serão enviadas a todos os interessados pelo e-mail cadastrado, por estes no portal, até o dia anterior à data marcada para recebimento dos envelopes.

24.3. Os interessados poderão:

24.3.1. Solicitar cópia deste instrumento convocatório, na Comissão Especial de Licitações do Fundo Municipal de Saúde, pela Internet através do endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br e por e-mail através celgravata@yahoo.com.

24.4. Os licitantes que optarem pela retirada do edital via internet deverão efetuar o preenchimento do formulário eletrônico com identificação do interessado, endereço, fone/fax e endereço eletrônico.

24.5. Os casos omissos neste edital serão resolvidos nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decreto 10.024/2019 e da Lei nº 8.666 de 21.06.1993.

24.6. O licitante vencedor, quando formalmente contratado, fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% do objeto licitado, consoante o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Gravata 18 de agosto de 2020.

IVALDA MARIA DA PAZ GUIMARÃES
PREGOEIRA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente termo de referência tem por objetivo a formação de registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de **Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes, acessórios, instalação dos equipamentos, treinamento operacional, sistema de interfaceamento e manutenção preventiva e corretiva**, para suprir a necessidade do Laboratório Municipal e atendimento às Unidades Assistenciais de Saúde da Rede Pública Municipal.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação de empresa especializada em locação de equipamentos com cessão de reagentes, insumos, software de gestão laboratorial e interfaceamento tem como finalidade suprir as necessidades dos laboratórios do Hospital Dr. Paulo da Veiga Pessoa de Gravata/PE e de dos os PSF's Municipais tanto no atendimento ambulatorial, quanto na atenção hospitalar no que diz respeito às urgências e emergências, pois os referidos exames não podem ser descontinuados, uma vez que auxiliam o corpo clínico a alcançar diagnósticos adequados e acompanhar o tratamento dos pacientes nos diversos tipos de patologia;

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 - Realizar os fornecimentos em conformidade com o Contrato;

3.2 – Fornecer calibradores, controles, insumos, água destilada, etiquetas de código de barras com ribbon, tonner, papel A4 etc em quantidades suficientes para realização dos testes licitados;

3.3 - Fornecer os produtos sempre dentro de seu prazo de validade, com vida útil de no mínimo seis (06) meses;



- 3.4 - Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;
- 3.5 - Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;
- 3.6 – Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste Termo de Referência, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 3.7 - Substituir, imediatamente, os produtos, quando exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- 3.8 - Comunicar à Coordenação do laboratório, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução do Contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e providenciando a devida correção, quando for o caso;
- 3.9 - Não transferir a outrem, o objeto do Contrato;
- 3.10 - Apresentar Certificado de Responsabilidade do farmacêutico responsável, biomédico responsável ou Biólogo;
- 3.11 – Apresentar Comprovação da Autorização de Funcionamento da empresa participante da Licitação, junto ao Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Caso a Autorização de funcionamento esteja vencida, apresentar juntamente com a Autorização de funcionamento o comprovante de protocolo de pedido de atualização do Certificado e ou relatório de inspeção junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- 3.12 - Além de outros documentos que possam ser exigidos em Edital e/ou Contrato, o



fornecedor também deverá apresentar declaração de que o produto será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste Termo, do Edital ou do Contrato;

3.13 – Para a execução do serviço a empresa vencedora deverá disponibilizar o quantitativo mensal de reagentes conforme contrato;

3.14 – Treinar/capacitar os funcionários da CONTRATANTE designados para operacionalizar o equipamento fornecido em locação;

3.15 – Todos os materiais deverão ser absolutamente compatíveis com o equipamento fornecido;

3.16 – Apresentar autorização de exclusividade fornecida pelo fabricante e/ou importador do aparelho que processará os testes, caso o licitante seja distribuidor junto a sua proposta de preços;

3.17 – Apresentar carta do fabricante e ou importador do aparelho, credenciando o licitante a prestar manutenção no Equipamento, caso o licitante seja distribuidor junto a sua proposta de preços;

3.18 – O licitante deverá fazer uma visita técnica para verificar instalações elétrica e hidráulica, emitindo um relatório de visita técnica e declaração de conhecimento das condições para instalação dos equipamentos, antes da realização do certame;

Caso a licitante não deseje realizar a visita técnica, deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE VISTORIA**, que reconhece e acata como legítimos os locais que serão objetos da execução, e que obteve para sua própria utilização, por sua exclusiva responsabilidade, todas as informações necessárias à elaboração de sua proposta e eventual celebração do Contrato, e que assume a responsabilidade por eventuais constatações posteriores que poderiam ter sido verificadas caso tivesse realizado a visita. Nesta declaração deverá constar, obrigatoriamente, a modalidade, o número e/ou objeto desta licitação. Todos os custos associados com a visita ao local serão arcados integralmente pela própria licitante;



3.19 – A empresa vencedora deverá adequar o ambiente para a instalação dos equipamentos;

3.20 – A empresa deverá fazer manutenção de equipamento a cada três meses;

3.21 – Para a manutenção corretiva, a empresa vencedora da licitação, deverá se comprometer a atender os chamados técnicos e no prazo máximo de até 24 horas, incluindo sábados, domingos e feriados. e o fornecedor deverá tomar as devidas providências para o processamento dos exames durante todo o período em que o equipamento estiver inoperante;

3.22 - É obrigatória a apresentação da cópia do certificado de registro do produto e do equipamento no órgão competente do Ministério da Saúde;

3.23 - O fornecedor deverá substituir os equipamentos, no prazo de 15(quinze) dias úteis, caso estes sejam incompatíveis com o objeto contratado por não atender as especificações contidas no edital;

3.24 - A empresa vencedora do Lote 01 deverá disponibilizar Sistema de Interfaceamento para integração laboratorial e Sistema de Gestão Laboratorial, que irão processar as reações laboratoriais, assumindo todos os custos de instalação, manutenção, customização, treinamento e o correspondente Licenciamento dos equipamentos instalados para realização dos testes constantes no Lote 01, durante o período do contrato sem ônus para o município. Características do software descritas no anexo I;

3.25.1 – O sistema de gerenciamento laboratorial à ser instalado nos PSF's e no Laboratório do Hospital Municipal deverá ter no mínimo as seguintes características descritas no anexo I:

3.25.2 – A empresa licitante do Lote 01 deverá apresentar comprovante de credenciamento junto ao fabricante do software/LIS, atestando a capacidade de instalação e manutenção junto a sua proposta de preços;



3.26 – A empresa vencedora do Lote 01 deverá disponibilizar toda rede de estrutura lógica e de maquinário para perfeito funcionamento do interfaceamento e do software de gestão laboratorial;

3.26.1 – A empresa vencedora do Lote 01 deverá instalar no Laboratório Hospital Municipal e redes de unidades básicas de saúde (UBS):

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
SERVIDOR DE DADOS COMPATÍVEL COM SOFTWARE DE GESTÃO LABORATORIAL	LABORATORIO HOSPITAL MUNICIPAL	01 unidades
NO BREAK	LABORATORIO HOSPITAL MUNICIPAL	01 unidades
COMPUTADORES (CPU, Monitor, Teclado, Mouse e Estabilizador)	LABORATORIO HOSPITAL MUNICIPAL/ PSF's	01 unidades
IMPRESSORA JATO DE TINTA	LABORATORIO HOSPITAL MUNICIPAL/ PSF's	01 unidades
IMPRESSORA DE CÓDIGO DE BARRAS	LABORATORIO HOSPITAL MUNICIPAL/ PSF's	01 unidades

3.27 – A empresas vencedores dos Lotes 01, 02, 03, 04 e 05 deverão providenciar e arcar com o interfaceamento das máquinas locadas com o sistema de gestão laboratorial. Fornecendo 1 (um) computador para interfaceamento por máquina locada e 1 (uma) impressora laser para impressão de estatísticas de controle / calibração / etc.

3.28 – A empresas vencedores do Lote 01, poderá terceirizar até 5 testes que não esteja contemplado no menu de testes.

LOTE 01 – IMUNOQUÍMICA

Características mínimas do conjunto de equipamentos para dosagens Imunoquímicas:

1 - Equipamento do Laboratório Hospital Dr. Paulo da Veiga Pessoa ImunoHormônios

- a) Equipamento totalmente automatizado com acesso randômico e contínuo;
- b) Velocidade mínima de 200 testes/hora;
- c) Capacidade para no mínimo 90 amostras on-board;
- d) Utilizar cubetas e ponteiras descartáveis;



- e) Possuir Sistema de diluição automática;
- f) Trabalhar com tubos primários, cubetas e microtubos;
- g) Possuir detecção de coágulos, fibrinas e amostras de baixo volume;
- h) Leitor de código de barra;
- i) Pronto para interfaceamento bidirecional;
- j) Reagentes pronto-para-uso;

2 - Equipamento do Laboratorio Hospital Dr. Paulo da Veiga Pessoa Bioquímica

- a) Equipamento totalmente automatizado com acesso randômico e contínuo;
- b) Velocidade mínima de 400 testes/hora, com ISE integrado;
- c) Utilizar reagentes dedicados pronto para uso, com identificação por código de barras;
- d) Capacidade mínima de 70 amostras on-board;
- e) Capacidade para realizar testes de urgência sem parada no sistema;
- f) Possuir leitor de código de barra;
- g) Possuir capacidade para pré-diluição automática;
- h) Pronto para interfaceamento bidirecional;
- i) Possuir cubetas descartáveis ou lavadas automaticamente;
- j) Capacidade de realização dos testes de Hba1c em sangue total SEM necessidade de pré-tratamento manual da amostra;
- l) Interface serial RS 232, bi-direcional, modem interno para acesso de remoto

PLANILHA QUANTITATIVOS IMUNOQUÍMICA (LOTE 1)				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT MENSAL	QUANT ANUAL
1	ACIDO ÚRICO	TESTE	500	6000
2	AFP	TESTE	22	275
3	ALBUMINA	TESTE	45	550
4	AMILASE	TESTE	100	1200
5	ANTI HAV IGM	TESTE	30	360
6	ANTI HAV T	TESTE	30	360
7	ANTI HBC IGG	TESTE	30	360
8	ANTI HBC IGM	TESTE	30	360
9	ANTI HBE	TESTE	30	360
10	ANTI HBS	TESTE	30	360



11	ANTI HCV	TESTE	30	360
12	ANTI HIV ½ AG/AB	TESTE	30	360
13	ANTI TPO	TESTE	30	360
14	ANTIESTREPTOLISINA O	TESTE	30	360
15	B-HCG	TESTE	70	840
16	BILIRRUBINA DIRETA	TESTE	1000	12000
17	BILIRRUBINA TOTAL	TESTE	1000	12000
18	CA 125	TESTE	30	360
19	CA 15.3	TESTE	30	360
20	CA 19.9	TESTE	30	360
21	CALCIO	TESTE	30	360
22	CEA	TESTE	30	360
23	CK MB	TESTE	300	3600
24	CK TOTAL	TESTE	300	3600
25	COLORO	TESTE	500	6000
26	CMV-IGG	TESTE	30	360
27	CMV-IGM	TESTE	30	360
28	COLESTEROL HDL	TESTE	600	7200
29	COLESTEROL TOTAL	TESTE	800	9600
30	CORTISOL	TESTE	30	360
31	CREATININA	TESTE	1000	12000
32	DHEAS	TESTE	30	360
33	ESTRADIOL	TESTE	30	360
34	FERRITINA	TESTE	33	400
35	FERRO SÉRICO	TESTE	33	400
36	FOSFATASE ALCALINA	TESTE	316	3800
37	FOSFORO	TESTE	30	360
38	FSH	TESTE	30	360
39	GAMA GT	TESTE	300	3600
40	GLICOSE	TESTE	1000	12000
41	HBEAG	TESTE	30	360
42	HBSAG QUANTITAVO	TESTE	30	360
43	HEMOGLOBINA GLICADA	TESTE	1.000	12.000
44	HTLV	TRSTE	30	360
45	IGE	TESTE	30	360
46	LDH	TESTE	33	400
47	LH	TESTE	30	360
48	LIPASE	TESTE	300	3600
49	MAGNESIO	TESTE	35	420
50	POTASSIO	TESTE	500	6000
51	PROGESTERONA	TESTE	30	360
52	PROLACTINA	TESTE	30	360



53	PROTEINA C REATIVA	TESTE	1250	15000
54	PROTEINAS TOTAIS E FRAÇÕES	TESTE	100	1200
55	PSA LIVRE	TESTE	60	1800
56	PSA TOTAL	TESTE	60	1800
57	PTH	TESTE	30	360
58	RUB IGG	TESTE	30	360
59	RUB IGM	TESTE	30	360
60	SIFILIS	TESTE	30	360
61	SODIO	TESTE	500	6000
62	T3	TESTE	30	360
63	T4	TESTE	30	360
64	T4 LIVRE	TESTE	30	360
65	TESTOSTERONA	TESTE	30	360
66	TGO	TESTE	1000	12000
67	TGP	TESTE	1000	12000
68	TOXO IGG	TESTE	30	360
69	TOXO IGM	TESTE	30	360
70	TRIGLICERIDEO	TESTE	1000	12000
71	TSH	TESTE	30	360
72	UREIA	TESTE	1000	12000
73	VITAMINA B12	TESTE	30	360
74	VITAMINA D	TESTE	30	360
75	TOPONINA	TESTE	300	3600
76	DIMERO D	TESTE	100	1200

O sistema de gerenciamento laboratorial à ser instalado no Laboratório do Hospital Municipal e PSF's deverão ter no mínimo as seguintes características:

- Ser processado em ambiente Windows.
- Utilizar banco de dados profissional Microsoft.
- Permitir que sejam relacionados vários "layouts" a um exame.
- Possuir a capacidade de imprimir os resultados nos setores sem a necessidade de interferência humana.
- Possuir capacidade de processamento de dados remotamente, nos postos a serem implementados, através de tecnologia "cloud".
- Acesso remoto, via internet, dos resultados pelo paciente.
- Disponibilizar suporte 24 horas x 7 dias por semana.
- Separar, no momento da liberação de um exame, alertas visuais que chamem a atenção



do profissional do laboratório, em caso dos resultados de exames fora do valor de referência por idade e por sexo.

- A base de dados da automação deve ser integrada diretamente ao banco de dados do sistema de informação laboratorial, como forma de garantir segurança, velocidade e qualidade ao processo analítico.
- Possuir aplicativos divididos em módulos.
- Possuir controle de acesso por usuário e por setor.
- Apresentar assinatura eletrônica, de forma automática, disponível para qualquer setor do posto ou unidade de saúde.
- Imprimir de forma semi-automática com critérios (por data, posto, setor, etc). Evitar dados pré-definidos.
- No caso de mudança do método, valor de referência sem alterar os laudos do passado.
- Possuir capacidade de gerar etiquetas de código de barras por unidade de saúde e/ ou posto de coleta.
- Controlar o perfil de rotina para exames que não são realizados diariamente.
- Liberar informações sempre atualizadas entre as áreas críticas e a central, sem interferência humana e sem passagem de arquivos, tudo de forma automática.
- Usar, de forma inteligente, o código de barras para que além de um identificador das amostras, seja um dispositivo de controle do processo.
- Transformar as informações de forma automática quando o resultado de um exame é enviado para o sistema através das máquinas de automação, utilizando regras criadas pelo setor técnico.
- Realizar a triagem automática de lâminas a revisar de modo flexível, onde o próprio hematologista do laboratório pode criar e alterar regras.
- Liberar relatórios epidemiológicos.
- Manter integração completa com os equipamentos de automação, não necessitando de digitação humana.
- Possuir controle de repetição (tanto na mesma amostra, como em nova amostra).
- Apresentar visualização e impressão de resultados anteriores.
- Liberar relatórios personalizáveis de acordo com o setor.

LOTE 02 – HEMATOLOGIA



Características mínimas do conjunto de equipamentos para exames hematológicos:

Equipamento do Laboratório de Hospital Dr. Paulo da Veiga Pessoa

Hematologia.

- a) Analisador de células sanguíneas, totalmente automatizado, capaz de analisar e quantificar elementos do sangue;
- b) Citometria de Fluxo Fluorescente: Diferencial leucocitária e IG, NRBC Impedância e Foco Hidrodinâmico;
- c) PLT-I, RBC, HCT Método de Sulfato Lauril de Sódio, livre de cianeto;
- d) HGB WBC, RBC, HGB, HCT, MCV, MCH, MCHC, PLT-I, NEUT#,% , IG#,% , LYMPH#,% , MONO#,% , EO#,% , BASO#,% , NRBC#,% , RDW-SD, RDW-CV, MPV, Modo Sangue Total: 100 amostras/hora (máx) por módulo 88 µL XN CHECK™ XN CHECK™BF 99 arquivos de controle incluindo 5 arquivos XbarM Insight™ online
- e) Capacidade de emissão de laudos individuais em impressora externa compatível com o sistema;
- f) Mecanismo de alerta indicativo de alterações quantitativas, qualitativas e anormais de todas as séries analisadas;
- g) Possuir capacidade de programar limites de referência para gênero e idade;
- h) Os reagentes deverão ser da mesma marca do fabricante do equipamento e devidamente registrados no Ministério da Saúde;
- i) Possuir sensores para detecção do nível de reagentes e esgoto;
- j) Permite processar testes de emergência;

PLANILHA QUANTITATIVO HEMATOLOGIA (LOTE 2)				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT MENSAL	QUANT ANUAL
1	HEMOGRAMA COMPLETO	TESTE	2000	24000

LOTE 03 – COAGULAÇÃO



Características mínimas do conjunto de equipamentos para exames de coagulação:

Equipamento do Laboratório Hospital Dr. Paulo da Veiga Pessoa 01(UM) equipamento

- a) Equipamento semi-automático de bancada;
- b) Método turbidimétrico c/ leitura por LED;
- c) Dispensar uso de barras magnéticas;
- e) Volume máximo de reagente para realização da análise de até 50ul;
- f) Deve possuir no mínimo 01 canal para leitura, 02 posições termostatizadas para reagentes e 08 posições termos automatizadas para amostra;
- g) Resultados no display em RNI, %, Tempo em Segundos, Relação, QUICK %, NG/DL, MG/DL.
- h) Tempo de tromboplastina
- i) Fibrinogenio

PLANILHA QUANTITATIVO COAGULAÇÃO (LOTE 3)				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT MENSAL	QUANT ANUAL
1	PROTROMBINA	TESTE	150	1860
2	TROMBOPLASTINA	TESTE	150	1860
3	FIBRINOGENIO	TESTE	150	1860

LOTE 4 – GASOMETRIA

Características mínimas do conjunto de equipamentos para exames de gases:

1 - Equipamentos de bancada:

Parâmetros: pH, pCO₂, pO₂, Na⁺, Ca⁺⁺, Cl⁻, K⁺, Glicose, Lactato, CO-oximetria, nBili.

Parâmetros calculados:

pH(T), pCO₂(T), pO₂(T), HCO₃-act, HCO₃-scd, BE(B), BE(ecf), ctCO₂, Ca⁺⁺(7.4), AnGap, sO₂, O₂SAT(est), Hct, BO₂, pO₂ (A-a)(T), pO₂ (a/A)(T), p50, Qsp/Qt(T), Qsp/Qt(est)(T), RI(T),



pO_2/FIO_2 , $ctO_2(a-)$, $ctO_2([a-]/a)$, VO_2 , DO_2 , $ctO_2()$.

- Equipamento de análise de gases sanguíneos a base de cartucho e livre de manutenção, com leitor de código de barras integrado no sistema.
- Utilizar amostras de Sangue total Heparinizado, seringa e capilar,
- Conter controle de qualidade interno com possibilidade de execução automática, programável pelo usuário.

PLANILHA QUANTITATIVOS GASOMETRIA (LOTE 4)				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT MENSAL	QUANT ANUAL
1	GASOMETRIA ARTERIAL	TESTE	500	6000

4 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ATENÇÃO BÁSICA- ATB

ÓRGÃO: 02.18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02.18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE: 10.301.1003.2452.0000 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA

DESPESA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 09 – RECURSOS TRANSFERIDOS PELO SUS

ÓRGÃO: 02.18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02.18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE: 10.301.2452. 0000 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA

DESPESA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 00 - SAÚDE – GERAL

MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

ÓRGÃO: 02.18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02.18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



ATIVIDADE: 10.302.1004.2454.0000 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 09 – RECURSOS TRANSFERIDOS PELO SUS

ÓRGÃO: 02.18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02.18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE: 10.302.1004.2454.0000- MAUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 00 – SAÚDE-GERAL

5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1 Na fase de habilitação são exigidos, a título de qualificação, os seguintes comprovantes, declarações e atestados;

5.2 Apresentar atestados de Capacidade Técnica, por pessoa jurídica de direito público ou privado que expressamente consignem a aptidão da licitante para desempenho satisfatório de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, equivalente a pelo menos 50% do objeto da presente licitação;

5.3 Apresentar Declaração que dispõe de técnicos e assessores científicos aptos para treinamento e as manutenções nos equipamentos ofertados. Por exemplo: Farmacêuticos, Biomédicos, Biólogos, como assessores científicos. O tempo de treinamento deverá durar 05 dias úteis. Emitindo certificados de treinamento.

5.4 Comprovante de possuir em seu quadro permanente, assistência técnica local, contendo profissional responsável devidamente cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, para representar a empresa durante a execução do contrato;



5.5 Comprovação de que a empresa possui Autorização de Funcionamento, emitida pelo Ministério da Saúde – ANVISA, dentro do prazo de validade, de acordo com o disposto nos art. 1º e 2º da Lei nº. 6.360/76;

5.6 Comprovação de que a empresa possui Autorização de Funcionamento, emitida pelo órgão de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal do domicílio dentro do prazo de validade;

5.7 Apresentar Certificado do Registro do Produto licitado emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – dentro do prazo de validade, não sendo aceito protocolos de solicitação inicial de registro;

5.8 Apresentar Certidão de Regularidade Técnica, do ano em exercício, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) e/ou Conselho de Biomedicina (CRMB) e/ou Conselho de Biologia, de sua jurisdição;

5.9 Em caso de produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim cadastrados apresentar Certificado de Cadastramento emitido pela ANVISA (RDC nº 260/02);

5.10 Apresentar descrição detalhada dos produtos ofertados, constando a marca, o fabricantes a procedência, de maneira a demonstrar o completo atendimento às características constantes neste Termo de Referência;

5.11 Carta do laboratório fabricante com concessão a empresa fornecedora do produto;

5.12 A proposta deverá incluir, em cada reagente e aparelho cotado, de forma clara e inequívoca, bem como o número do registro expedido pela ANVISA/MS;

5.13 Não serão admitidas nem aceitas, ofertas de reagentes/kits com especificações divergente do solicitado no edital;

5.14 A CONTRATADA deverá indicar em cada registro apresentando o número do item correspondente no Termo de Referência;



5.15 Se aplicável, o cumprimento das Resoluções ANVISA RDC Nº 29, de 17 de abril de 2007 e RDC Nº 45, de 12 de março de 2003, que dispõe sobre registro e comercialização das soluções parenterais de grandes volumes em sistema de infusão fechada;

5.16 Os fabricantes, distribuidoras ou representantes comerciais custearão todas as análises realizadas em seus produtos. Esse custeio refere-se à reposição do quantitativo utilizado nas referidas análises bem como com relação a valores financeiros quando for o caso;

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** compromete-se a:

6.1. Proporcionar todos os meios ao seu alcance para o recebimento objeto Contratado;

6.2. Efetuar o pagamento no prazo previsto, neste termo de Referência;

6.3. Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar as obrigações do Contratado, através do Servidor designado pela Autoridade competente do Órgão;

6.4. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou o Contratado;

6.5. Formalizar os pedidos de reagentes/kits ao(s) contratado (s) por meio de e-mail. Todos os pedidos serão carimbados e assinados pelos Responsáveis Técnicos.

6.6. Informar ao Órgão Gerenciador, quando da sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas neste termo de Referência, firmadas em futuro contrato administrativo, as divergências relativas na entrega, as características e origens dos bens e a recusa do mesmo em assinar contrato para o fornecimento ou prestação de serviços, conforme o caso;

6.7. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos reagentes/kits sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;



6.8. Comunicar prontamente à **CONTRATADA**, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, no Termo de Referência e no Contrato;

6.9. Notificar previamente à **CONTRATADA**, quando da aplicação de penalidades.

6.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

6.11. Disponibilizar o local de entrega e funcionário responsável pela fiscalização, conferência e recebimento dos produtos;

6.12. Atestar as notas fiscais/faturas relativas aos produtos fornecidos;

6.13. Aplicar, à **CONTRATADA**, as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

7 DO VALOR MÁXIMO

7.1 O valor máximo global é de **R\$ 1.489.058,97** (um milhão quatrocentos e oitenta e nove mil, cinquenta e oito reais e noventa e sete centavos), distribuído nos itens deste documento e foram obtidos com base em ampla pesquisa de mercado, anexa a este documento.

ITEM/LOTE	DESCRIÇÃO	VALOR MAXIMO ESTIMADO	
1	IMUNOQUÍMICA	R\$	1.120.558,97
2	HEMATOLOGIA	R\$	160.800,00
3	COAGULAÇÃO	R\$	52.700,00
4	GASOMETRIA	R\$	155.000,00
TOTAL		R\$	1.489.058,97

8. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO



8.1 O fiscal do contrato será designado pela Unidade onde ocorrerá a prestação do serviço ou fornecimento do produto, permitida a contratação de terceiros para subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

8.2. O acompanhamento da execução do Contrato ficará a cargo da Dra. Andreza Siqueira CRBM nº 2990, Coordenadora Clínica do Hospital Dr. Paulo da Veiga Pessoa, designado para este fim.

a) Os servidores designados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de:

I. Fiscalizar e atestar o fornecimento, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas no Contrato;

II. Comunicar eventuais falhas no fornecimento, cabendo à **CONTRATADA** adotar as providências necessárias;

III. Garantir à **CONTRATADA** toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com o fornecimento.

IV. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativas à execução do contrato, em especiais aplicações de sanções e alterações do mesmo.

8.3 A fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

Gravatá, 18 de Agosto de 2020.

Dra. Andreza Siqueira
CRBM 2990
Coordenação do Laboratório



ESPECIFICAÇÕES X CUSTO MÁXIMO

IMUNOQUÍMICA

PLANILHA QUANTITATIVOS IMUNOQUÍMICA (LOTE 1)							MAPA DE PREÇOS		
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT MENSAL	QUANT ANUAL	CUSTO MAX UNIT	CUSTO MAX TOTAL	COTAÇÃO DIAGTEST	COTAÇÃO PH	COTAÇÃO MEDICA
1	ACIDO ÚRICO	TESTE	500	6000	R\$ 2,13	R\$ 12.780,00	R\$ 2,19	R\$ 2,30	R\$ 1,90
2	AFP	TESTE	22	275	R\$ 20,48	R\$ 5.632,00	R\$ 21,10	R\$ 22,00	R\$ 18,34
3	ALBUMINA	TESTE	45	550	R\$ 2,13	R\$ 1.171,50	R\$ 2,19	R\$ 2,30	R\$ 1,90
4	AMILASE	TESTE	100	1200	R\$ 10,05	R\$ 12.060,00	R\$ 10,35	R\$ 10,80	R\$ 9,00
5	ANTI HAV IGM	TESTE	30	360	R\$ 24,57	R\$ 8.844,00	R\$ 25,30	R\$ 26,40	R\$ 22,00
6	ANTI HAV T	TESTE	30	360	R\$ 32,38	R\$ 11.658,00	R\$ 33,35	R\$ 34,80	R\$ 29,00
7	ANTI HBC IGG	TESTE	30	360	R\$ 15,63	R\$ 5.628,00	R\$ 16,10	R\$ 16,80	R\$ 14,00
8	ANTI HBC IGM	TESTE	30	360	R\$ 15,63	R\$ 5.628,00	R\$ 16,10	R\$ 16,80	R\$ 14,00
9	ANTI HBE	TESTE	30	360	R\$ 17,87	R\$ 6.432,00	R\$ 18,40	R\$ 19,20	R\$ 16,00
10	ANTI HBS	TESTE	30	360	R\$ 16,75	R\$ 6.030,00	R\$ 17,25	R\$ 18,00	R\$ 15,00
11	ANTI HCV	TESTE	30	360	R\$ 24,57	R\$ 8.844,00	R\$ 25,30	R\$ 26,40	R\$ 22,00
12	ANTI HIV ½ AG/AB	TESTE	30	360	R\$ 18,98	R\$ 6.834,00	R\$ 19,55	R\$ 20,40	R\$ 17,00
13	ANTI TPO	TESTE	30	360	R\$ 13,40	R\$ 4.824,00	R\$ 13,80	R\$ 14,40	R\$ 12,00
14	ANTIESTREPTOLISINA O	TESTE	30	360	R\$ 20,10	R\$ 7.236,00	R\$ 20,70	R\$ 21,60	R\$ 18,00
15	B-HCG	TESTE	70	840	R\$ 13,40	R\$ 11.256,00	R\$ 13,80	R\$ 14,40	R\$ 12,00
16	BILIRRUBINA DIRETA	TESTE	1000	12000	R\$ 1,93	R\$ 23.200,00	R\$ 1,80	R\$ 2,20	R\$ 1,80
17	BILIRRUBINA TOTAL	TESTE	1000	12000	R\$ 1,93	R\$ 23.200,00	R\$ 1,80	R\$ 2,20	R\$ 1,80
18	CA 125	TESTE	30	360	R\$ 23,47	R\$ 8.448,00	R\$ 22,00	R\$ 26,40	R\$ 22,00
19	CA 15.3	TESTE	30	360	R\$ 23,47	R\$ 8.448,00	R\$ 22,00	R\$ 26,40	R\$ 22,00
20	CA 19.9	TESTE	30	360	R\$ 21,22	R\$ 7.638,00	R\$ 21,85	R\$ 22,80	R\$ 19,00



21	CALCIO	TESTE	30	360	R\$ 2,48	R\$ 891,60	R\$ 2,53	R\$ 2,70	R\$ 2,20
22	CEA	TESTE	30	360	R\$ 15,63	R\$ 5.628,00	R\$ 16,10	R\$ 16,80	R\$ 14,00
23	CK MB	TESTE	300	3600	R\$ 13,40	R\$ 48.240,00	R\$ 13,80	R\$ 14,40	R\$ 12,00
24	CK TOTAL	TESTE	300	3600	R\$ 1,40	R\$ 5.028,00	R\$ 1,44	R\$ 1,50	R\$ 1,25
25	COLORO	TESTE	500	6000	R\$ 2,58	R\$ 15.500,00	R\$ 2,65	R\$ 2,80	R\$ 2,30
26	CMV-IGG	TESTE	30	360	R\$ 21,78	R\$ 7.839,60	R\$ 22,43	R\$ 23,40	R\$ 19,50
27	CMV-IGM	TESTE	30	360	R\$ 24,57	R\$ 8.844,00	R\$ 25,30	R\$ 26,40	R\$ 22,00
28	COLESTEROL HDL	TESTE	600	7200	R\$ 7,82	R\$ 56.280,00	R\$ 8,05	R\$ 8,40	R\$ 7,00
29	COLESTEROL TOTAL	TESTE	800	9600	R\$ 2,48	R\$ 23.776,00	R\$ 2,53	R\$ 2,70	R\$ 2,20
30	CORTISOL	TESTE	30	360	R\$ 6,80	R\$ 2.448,00	R\$ 6,90	R\$ 7,50	R\$ 6,00
31	CREATININA	TESTE	1000	12000	R\$ 0,80	R\$ 9.640,00	R\$ 0,81	R\$ 0,90	R\$ 0,70
32	DHEAS	TESTE	30	360	R\$ 16,75	R\$ 6.030,00	R\$ 17,25	R\$ 18,00	R\$ 15,00
33	ESTRADIOL	TESTE	30	360	R\$ 12,38	R\$ 4.458,00	R\$ 12,65	R\$ 13,50	R\$ 11,00
34	FERRITINA	TESTE	33	400	R\$ 13,43	R\$ 5.373,33	R\$ 13,80	R\$ 14,50	R\$ 12,00
35	FERRO SÉRICO	TESTE	33	400	R\$ 2,58	R\$ 1.033,33	R\$ 2,65	R\$ 2,80	R\$ 2,30
36	FOSFATASE ALCALINA	TESTE	316	3800	R\$ 1,80	R\$ 6.827,33	R\$ 1,84	R\$ 1,95	R\$ 1,60
37	FOSFORO	TESTE	30	360	R\$ 2,20	R\$ 792,00	R\$ 2,25	R\$ 2,40	R\$ 1,95
38	FSH	TESTE	30	360	R\$ 8,93	R\$ 3.216,00	R\$ 9,20	R\$ 9,60	R\$ 8,00
39	GAMA GT	TESTE	300	3600	R\$ 2,23	R\$ 8.040,00	R\$ 2,30	R\$ 2,40	R\$ 2,00
40	GLICOSE	TESTE	1000	12000	R\$ 1,26	R\$ 15.080,00	R\$ 1,27	R\$ 1,40	R\$ 1,10
41	HBEAG	TESTE	30	360	R\$ 17,97	R\$ 6.468,00	R\$ 18,40	R\$ 19,50	R\$ 16,00
42	HBSAG QUANTITAVO	TESTE	30	360	R\$ 14,62	R\$ 5.262,00	R\$ 14,95	R\$ 15,90	R\$ 13,00
43	HEMOGLOBINA GLICADA	TESTE	1.000	12.000	R\$ 17,97	R\$ 215.600,00	R\$ 18,40	R\$ 19,50	R\$ 16,00
44	HTLV	TRSTE	30	360	R\$ 19,18	R\$ 6.906,00	R\$ 19,55	R\$ 21,00	R\$ 17,00
45	IGE	TESTE	30	360	R\$ 14,65	R\$ 5.274,00	R\$ 14,95	R\$ 16,00	R\$ 13,00
46	LDH	TESTE	33	400	R\$ 4,10	R\$ 1.638,67	R\$ 4,49	R\$ 3,90	R\$ 3,90
47	LH	TESTE	30	360	R\$ 10,05	R\$ 3.618,00	R\$ 10,35	R\$ 10,80	R\$ 9,00
48	LIPASE	TESTE	300	3600	R\$ 3,03	R\$ 10.908,00	R\$ 2,99	R\$ 3,50	R\$ 2,60
49	MAGNESIO	TESTE	35	420	R\$ 6,80	R\$ 2.856,00	R\$ 6,90	R\$ 7,50	R\$ 6,00
50	POTASSIO	TESTE	500	6000	R\$ 2,27	R\$ 13.600,00	R\$ 2,30	R\$ 2,50	R\$ 2,00
51	PROGESTERONA	TESTE	30	360	R\$ 4,26	R\$ 1.532,40	R\$ 4,37	R\$ 4,60	R\$ 3,80
52	PROLACTINA	TESTE	30	360	R\$ 9,59	R\$ 3.453,60	R\$ 9,78	R\$ 10,50	R\$ 8,50
53	PROTEINA C REATIVA	TESTE	1250	15000	R\$ 5,16	R\$ 77.450,00	R\$ 5,29	R\$ 5,60	R\$ 4,60
54	PROTEINAS TOTAIS E FRAÇÕES	TESTE	100	1200	R\$ 1,15	R\$ 1.380,00	R\$ 1,15	R\$ 1,30	R\$ 1,00
55	PSA LIVRE	TESTE	60	1800	R\$ 15,08	R\$ 27.138,00	R\$ 15,53	R\$ 16,20	R\$ 13,50
56	PSA TOTAL	TESTE	60	1800	R\$ 13,47	R\$ 24.240,00	R\$ 13,80	R\$ 14,60	R\$ 12,00
57	PTH	TESTE	30	360	R\$ 30,18	R\$ 10.866,00	R\$ 31,05	R\$ 32,50	R\$ 27,00
58	RUB IGG	TESTE	30	360	R\$ 19,05	R\$ 6.858,00	R\$ 19,55	R\$ 20,60	R\$ 17,00
59	RUB IGM	TESTE	30	360	R\$ 24,70	R\$ 8.892,00	R\$ 25,30	R\$ 26,80	R\$ 22,00
60	SIFILIS	TESTE	30	360	R\$ 20,23	R\$ 7.284,00	R\$ 20,70	R\$ 22,00	R\$ 18,00
61	SODIO	TESTE	500	6000	R\$ 2,58	R\$ 15.500,00	R\$ 2,65	R\$ 2,80	R\$ 2,30
62	T3	TESTE	30	360	R\$ 7,85	R\$ 2.826,00	R\$ 8,05	R\$ 8,50	R\$ 7,00



63	T4	TESTE	30	360	R\$ 7,88	R\$ 2.838,00	R\$ 8,05	R\$ 8,60	R\$ 7,00
64	T4 LIVRE	TESTE	30	360	R\$ 6,21	R\$ 2.235,60	R\$ 6,33	R\$ 6,80	R\$ 5,50
65	TESTOSTERONA	TESTE	30	360	R\$ 19,18	R\$ 6.906,00	R\$ 19,55	R\$ 21,00	R\$ 17,00
66	TGO	TESTE	1000	12000	R\$ 1,36	R\$ 16.320,00	R\$ 1,38	R\$ 1,50	R\$ 1,20
67	TGP	TESTE	1000	12000	R\$ 1,36	R\$ 16.320,00	R\$ 1,38	R\$ 1,50	R\$ 1,20
68	TOXO IGG	TESTE	30	360	R\$ 17,97	R\$ 6.468,00	R\$ 18,40	R\$ 19,50	R\$ 16,00
69	TOXO IGM	TESTE	30	360	R\$ 21,25	R\$ 7.650,00	R\$ 21,85	R\$ 22,90	R\$ 19,00
70	TRIGLICERIDEO	TESTE	1000	12000	R\$ 2,93	R\$ 35.160,00	R\$ 2,99	R\$ 3,20	R\$ 2,60
71	TSH	TESTE	30	360	R\$ 5,58	R\$ 2.010,00	R\$ 5,75	R\$ 6,00	R\$ 5,00
72	UREIA	TESTE	1000	12000	R\$ 1,05	R\$ 12.560,00	R\$ 1,04	R\$ 1,20	R\$ 0,90
73	VITAMINA B12	TESTE	30	360	R\$ 13,47	R\$ 4.848,00	R\$ 13,80	R\$ 14,60	R\$ 12,00
74	VITAMINA D	TESTE	30	360	R\$ 42,43	R\$ 15.276,00	R\$ 43,70	R\$ 45,60	R\$ 38,00
75	TOPONINA	TESTE	300	3600	R\$ 21,25	R\$ 76.500,00	R\$ 21,85	R\$ 22,90	R\$ 19,00
76	DIMERO D	TESTE	100	1200	R\$ 29,30	R\$ 35.160,00	R\$ 29,90	R\$ 32,00	R\$ 26,00
TOTAL						R\$ 1.120.558,97			

HEMATOLOGIA

PLANILHA QUANTITATIVO HEMATOLOGIA (LOTE 2)							MAPA DE PREÇOS		
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT MENSAL	QUANT ANUAL	CUSTO MAX UNIT	CUSTO MAX TOTAL	COTAÇÃO DIAGTEST	COTAÇÃO PH	COTAÇÃO MEDICA
1	HEMOGRAMA COMPLETO	TESTE	2000	24000	R\$ 6,70	R\$ 160.800,00	R\$ 6,90	R\$ 7,20	R\$ 6,00
TOTAL						R\$ 160.800,00			

COAGULAÇÃO

PLANILHA QUANTITATIVO COAGULAÇÃO (LOTE 3)							MAPA DE PREÇOS		
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT MENSAL	QUANT ANUAL	CUSTO MAX UNIT	CUSTO MAX TOTAL	COTAÇÃO DIAGTEST	COTAÇÃO PH	COTAÇÃO MEDICA
1	PROTROMBINA	TESTE	150	1860	R\$ 7,17	R\$ 13.330,00	R\$ 6,00	R\$ 9,00	R\$ 6,50
2	TROMBOPLASTINA	TESTE	150	1860	R\$ 7,17	R\$ 13.330,00	R\$ 6,00	R\$ 9,00	R\$ 6,50
3	FIBRINOGENIO	TESTE	150	1860	R\$14,00	R\$ 26.040,00	R\$ 12,00	R\$ 17,00	R\$ 13,00
TOTAL						R\$ 52.700,00			

GASOMETRIA

PLANILHA QUANTITATIVOS GASOMETRIA (LOTE 4)	MAPA DE COTAÇÕES
--	------------------



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT MENSAL	QUANT ANUAL	CUSTO MAX UNIT	CUSTO MAX TOTAL	COTAÇÃO DIAGTEST	COTAÇÃO PH	COTAÇÃO MEDICA
1	GASOMETRIA ARTERIAL	TESTE	500	6000	R\$ 25,83	R\$ 155.000,00	R\$ 26,50	R\$ 28,00	R\$ 23,00
					TOTAL	R\$ 155.000,00			



ANEXO II

(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

PROCESSO Nº ____/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2020

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei e para os fins requeridos no Inciso VII, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, que a empresa _____ possui os requisitos necessários para habilitação exigido neste Edital.

_____, _____ de _____ de 2020.



ANEXO III

(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

PROCESSO Nº ____/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2020

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

(Razão Social), estabelecido(a) na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº _____, no uso de suas atribuições legais, vem DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensa de contratar com o Fundo Municipal, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

_____, _____ de _____ de 2020.



ANEXO IV

(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

PROCESSO Nº ____/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2020

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Declaramos sob penas da lei e para os fins requeridos no inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, que esta empresa é uma Microempresa/Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, que não há nenhum dos impedimentos previsto nos incisos do § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, e que cumprimos plenamente com os requisitos de habilitação exigido neste Edital.

_____, ____ de _____ de 2020

Assinatura do Responsável Legal



ANEXO V

(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

PROCESSO Nº ____/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2020

Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal

_____(Razão Social), estabelecida na_(endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº _____, vem DECLARAR para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Por ser verdade assina a presente.

_____, ____ de _____ de 2020

Licitante ou Representante Legal



ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATÁ**, Estado de Pernambuco, com sede na Rua Coronel Gustavo Borba, nº 490, Bairro Santa Luzia, Gravata-PE, CEP: 55.641-620, inscrita no CNPJ sob o nº 10.710.822/0001-10, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Luiz Ribamar Santos de Melo, naturalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº xxxxxxxx, CPF _____, residente e domiciliado no Município de Recife/PE, nos termos do que dispõem as Leis 8.666/93 e 10.520/02, decreto 10.024/2019 e face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico CEL/FMS nº 026/2020 – Processo Licitatório nº 028/2020**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** ofertados pela empresa vencedora do certame, _____ CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, aqui representada por _____ (qualificação). Declarando desde já que os ratifica e se compromete a mantê-los durante a vigência da ATA, consoante às seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

Formação de registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes, acessórios, instalação dos equipamentos, treinamento operacional, sistema de interfaceamento e manutenção preventiva e corretiva, para suprir a necessidade do Laboratório Municipal e atendimento às Unidades Assistenciais de Saúde da Rede Pública Municipal de Gravata - PE.

- 1.1. Ressalte-se que a motivação para a formalização de uma Ata de Registro de Preços com o objeto em epígrafe encontra fundamento no Decreto Municipal nº 016/2018, uma vez que, trata-se de fornecimento com contratações frequentes e previsão de entregas parceladas, com remuneração estipulada em unidades de medida.
- 1.2. A existência de preços registrados não obriga o Fundo Municipal a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos itens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

2. DOS PREÇOS

- 2.1. O Fornecedor se compromete a fornecer o(s) itens(s)/lote(s) de acordo com os seguintes preços:

Lote(s) xxx						
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
01						

- 2.2. O preço a ser praticado está devidamente registrado neste instrumento e é considerado completo, ou seja, abrange todos os encargos de natureza tributária, previdenciária, transporte, ou de qualquer outra forma, que direta ou indiretamente possam incidir sobre o objeto;
- 2.3. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço inscrito nesta Ata de Registro de Preço ofertado **Pregão Eletrônico CEL/FMS nº 026/2020**, de acordo com a ordem de



classificação das respectivas propostas de que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro;

- 2.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador deve convocar os Fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;
- 2.5. Os Fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado devem ser liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;
- 2.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o Fornecedor não puder comprovadamente cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador pode:
 - 2.6.1. Liberar o Fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
 - 2.6.2. Convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 2.7. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços ou dos itens correspondentes do referido fornecedor, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.8. Não serão possíveis reequilíbrios e reajustes na Ata de Registro de Preços;
- 2.9. Os preços registrados nos contratos derivados da Ata, todavia, poderão ser revistos e/ou reajustados mediante requerimento formal do Fornecedor ou mediante solicitação formal do Órgão Gerenciador e/ou do eventual **CONTRATANTE**;
- 2.10. A Revisão dos preços registrados nos contratos derivados da Ata ocorrerá no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.11. O Reajuste dos preços registrados nos Contratos derivados da Ata, somente ocorrerá quando do transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta e deverá observar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme prevê o inciso III do artigo 1º da Lei Estadual (PE) nº 12.525/2003, aplicado ao caso por analogia em face a omissão de previsão na legislação municipal

3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 3.1. Apenas o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATÁ/PE;
- 3.2. A(s) empresa(s) Detentora(s) da Ata de Registro de Preço oriunda deste certame deverá(ão) manter as mesmas condições de qualidade do objeto licitado, bem como a observância de todas as suas obrigações previstas neste registro de preços, indiscriminadamente, a todos os órgãos participantes deste registro de preços.

4. DAS ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

- 4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador e em observância aos limites previstos no Decreto Municipal nº 016/2018;



- 4.2. Os Órgãos e Entidades Não Participantes, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem consultar o Órgão Gerenciador, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, considerando se conveniente e oportuno, para indicar os possíveis Fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;
- 4.3. Cabe ao Fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, inclusive quanto às negociações promovidas pelo Órgão Gerenciador, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão a um Órgão Não Participante, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;
- 4.4. Os Órgãos e Entidades Não Participantes devem, antes de solicitar adesão à Ata de Registro de Preços, realizar pesquisa prévia de mercado a fim de comprovar a vantajosidade dos preços registrados;
- 4.5. As aquisições ou contratações adicionais referidas neste item não podem exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;
- 4.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não pode exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independente do número de Órgãos Não Participantes que a aderirem.

5. DA(S) CONVOCAÇÃO(ÕES) PARA A(S) ASSINATURA(S) DO(S) CONTRATO(S)

- 5.1. A Detentora da Ata terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da notificação, para assinar o Contrato ou entregar o objeto adjudicado em perfeitas condições de uso e consumo, nos termos das contratações levadas a efeito;
- 5.2. A recusa injustificada da empresa Detentora da Ata em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no item anterior, acarretará a aplicação das penalidades estabelecidas pelo Fundo Municipal, além do cancelamento do registro do fornecedor, em consonância com o disposto no edital que deu origem a essa Ata;
- 5.3. A contratação será precedida da inscrição do licitante no Registro Cadastral do Município e da emissão de Nota de Empenho, sendo convocado o adjudicatário para assinatura do termo de contrato;
- 5.4. No ato da contratação, se for o caso, a empresa Detentora da Ata deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

6. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

- 6.1. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, período no qual a Detentora da Ata se obriga a garantir o objeto e os preços registrados durante esse período;
- 6.2. Será obrigatório o Termo de Contrato nos casos previstos na Lei 8.666/93, quando a interessada será convocada para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, e subsequentes alterações, e no Edital; no entanto, tratando-se de fornecimento com execução imediata e integral, poderá ser aplicado, a critério do Fundo Municipal, o que determina o §4º do artigo 62 da Lei de Licitação;



- 6.3. Em sendo formalizado o contrato, tendo em vista o disposto no item anterior, ele terá vigência de 12 (doze) meses a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, da Lei nº 8.666/93.
- 6.4. Qualquer solicitação de prorrogação de prazos previstos, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;
- 6.5. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da convocação para a assinatura do contratual ou se recuse a assiná-lo nas condições estabelecidas na proposta aceita, poderão ser convocados para assinar a Ata de Registro de Preços os participantes remanescentes, observada a ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste documento, e no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.

7. DA VALIDADE DOS PRODUTOS REGISTRADOS

- 7.1. O objeto fornecido deverá atender os requisitos de validade exigidos pelos órgãos de fiscalização oficiais;
- 7.2. Estando os Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes, com a qualidade comprometida, a Detentora da Ata deverá fornecer novos produtos no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, sem quaisquer custos adicionais;
- 7.3. Os Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes, somente serão aceitos se fornecidos com validade no mínimo de 12 meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos;
- 7.4. Para fins e recebimento de todos os produtos licitados, será considerado como pré-requisito o peso, unidade e qualidade dos produtos registrados, em total correspondência as especificações previstas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 026/2020 – Processo Licitatório CEL/FMS nº 028/2020**;

8. DA ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO

- 8.1. A entrega será integral de acordo com o quantitativo estabelecido em cada ordem de fornecimento emitida pelo órgão solicitante, devendo ser observado o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de fornecimento pela **CONTRATADA**;
- 8.2. A Empresa **CONTRATADA** deverá providenciar o fornecimento dos itens solicitados no local e horário estabelecidos na solicitação/autorização de fornecimento formal, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**;
- 8.3. O objeto proposto neste documento deverá ser entregue adequadamente de modo a manter sua integridade física, e será recebido da seguinte forma:
 - 8.3.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes recebidos com as especificações requisitadas;
 - 8.3.2. Definitivamente, pelo servidor designado, após a verificação da qualidade e quantidade dos Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através
CEL - Comissão Especial de Licitação /FMS - Fundo Municipal de Saúde
Rua Coronel Gustavo Borba, nº 490, Santa Luzia, Gravata/PE, CEP: 55.642-550
Email: celgravata@yahoo.com/Fone: (81) 3563.9024



de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes recebidos, e consequente aceitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório;

- 8.4. Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo, as demais condições estabelecidas nos artigos 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 8.5. Serão observados os seguintes critérios na verificação do produto:
 - 8.5.1. Compatibilidade dos itens com as exigências do edital;
 - 8.5.2. Consonância com as normas técnicas pertinentes e atualmente em vigor no país (por exemplo: certidão do Inmetro, nº do telefone para atendimento ao consumidor, uso, composição, alertas, atendimento as normas da ABNT etc.);
- 8.6. Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes, entregues em desacordo com as especificações exigidas neste documento, ficando a **CONTRATADA** obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até 05(cinco) dias corridos, a contar da sua notificação formal, sem ônus para o **CONTRATANTE**;
- 8.7. Será considerada recusa formal a não substituição dos Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes, após 05(cinco) dias corridos do prazo da sua rejeição ou devolução;
- 8.8. Serão recusados os Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes, que não satisfizerem às especificações ou apresentem qualquer vício, devendo os valores correspondentes serem glosados;
- 8.9. O fornecedor se compromete a reparar os danos e sanar todos os vícios do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como aos parâmetros descritos por este registro de preços;
- 8.10. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para fornecimento do objeto licitado, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;
- 8.11. Somente será aceito o fornecimento feito de acordo com o contido nas especificações do Edital e Termo de Referência;
- 8.12. A **CONTRATADA** deverá entregar a Nota Fiscal, regularmente, correspondente ao quantitativo dos Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes entregues;

9. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 9.1. Durante a vigência da Ata, sua execução será acompanhada e fiscalizada pelo órgão **CONTRATANTE** e, também, pelo Fundo Municipal, devendo a Detentora da Ata fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, após o recebimento da solicitação;
- 9.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser

CEL - Comissão Especial de Licitação /FMS - Fundo Municipal de Saúde
Rua Coronel Gustavo Borba, nº 490, Santa Luzia, Gravatá/PE, CEP: 55.642-550
Email: celgravata@yahoo.com/Fone: (81) 3563.9024



solicitadas aos seus superiores, no prazo do item anterior, visando à adoção das medidas necessárias;

- 9.3. A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pelo órgão **CONTRATANTE** que deverão acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas;
- 9.4. A Detentora da Ata deverá manter preposto, aceito pela Secretaria Municipal de Saúde, estabelecido e registrado na assinatura da Ata, durante o período de sua vigência, para representá-la sempre que for necessário.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 10.1. A Secretaria Municipal de Saúde, órgão gestor da Ata de Registro de Preços, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições desta contratação e, deverá, ainda:
- 10.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços;
- 10.1.2. Providenciar a publicação inicial do extrato da Ata de Registro de Preços;
- 10.1.3. Autorizar os órgãos e entidades participantes do registro de preços a firmar os contratos de adesão nos quantitativos determinados;
- 10.1.4. Manter o controle dos quantitativos disponíveis para os participantes do registro de preços;
- 10.1.5. Verificar, periodicamente, a vantajosidade dos itens objeto da Ata de Registro de Preços;
- 10.1.6. Aplicar, a qualquer momento, as penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

11. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS CONTRATANTES

- 11.1. O órgão ou entidade **CONTRATANTE** deverá tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste Registro de Preços, Edital e anexos, obrigando-se, ainda, a:
- 11.1.1. A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pelo órgão **CONTRATANTE** que deverão acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas;
- 11.1.2. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, após o cumprimento das formalidades legais;
- 11.1.3. Comunicar à Detentora da Ata as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
- 11.1.4. Atestar a qualidade e quantidade dos produtos fornecidos pela empresa Detentora da Ata;
- 11.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Detentora da Ata.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA / DETENTORA DA ATA

- 12.1. A **CONTRATADA**, obriga-se, ainda, a:
- 12.1.1. Entregar, em 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da autorização de fornecimento, o objeto adjudicado em perfeitas condições de uso, nos termos das contratações levadas a efeito;
- 12.1.1.1. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;
- 12.1.2. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto licitado, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos que integram a Ata;



- 12.1.3. Quando for o caso e no que for aplicável, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados e prepostos, as normas estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.1.4. Repor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, quaisquer objetos comprovadamente danificados por seus empregados ou prepostos;
- 12.1.5. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do órgão **CONTRATANTE**, relativamente ao objeto da Ata;
- 12.1.6. Não transferir, no todo ou em parte, o objeto da Ata;
- 12.1.7. Adotar imediatamente após o recebimento da autorização para início do avençado, as medidas requeridas, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido;
- 12.1.8. Manter, durante o prazo de vigência da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativas à licitação da qual decorreu o Registro de Preços, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no Registro Cadastral do Município de Gravata/PE, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à **CONTRATADA**;
- 12.1.9. Fornecer o objeto do Registro de Preços atendendo plena e satisfatoriamente o especificado no Edital e anexos;
- 12.1.10. Assumir inteira responsabilidade do fornecimento, devendo os Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes, entregues receberem prévia aprovação do órgão **CONTRATANTE**, que se reserva no direito de recusá-lo, caso não satisfaça aos padrões especificados;
- 12.1.11. Emitir relatórios gerenciais à Secretaria Municipal de Saúde, responsável pela gestão da Ata de Registro de Preços, sempre que solicitado e no prazo estabelecido na solicitação, no qual deverão constar: os órgãos solicitantes, os itens adquiridos e os respectivos quantitativos, além de outras informações necessárias a critério do Fundo Municipal;
- 12.1.12. O relatório gerencial deverá estar acompanhado de nota fiscal/fatura de forma impressa e com arquivo em meio magnético com formato XLS contendo os lançamentos relativos ao período pertinente;
- 12.1.13. Indicar funcionário responsável, com poderes legais para assinar Atas de Registro de Preço, respondendo por toda e qualquer questão relativa ao fornecimento aos órgãos participantes, disponibilizando, para tanto, telefone fixo, telefone celular e e-mail para futuros contatos, sempre atualizados;
- 12.1.14. Apresentar Nota fiscal/fatura correspondente aos fornecimentos realizados;
- 12.1.15. Cumprir as demais exigências operacionais e demais disposições dispostas no Termo de Referência.

13. DO PRAZO E DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1. – Os pagamentos pelos Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes, adquiridos serão efetuados conforme demanda, no prazo de até 30 (trinta) dias da apresentação da fatura ou nota

CEL - Comissão Especial de Licitação /FMS - Fundo Municipal de Saúde
Rua Coronel Gustavo Borba, nº 490, Santa Luzia, Gravata/PE, CEP: 55.642-550
Email: celgravata@yahoo.com/Fone: (81) 3563.9024



fiscal, devidamente atestado por servidor responsável da Secretaria de Saúde do Município de Gravata, especialmente designado para tal finalidade;

13.2. - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** cuja situação irregular ou enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

13.3. - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do **CONTRATANTE**, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pelos órgãos entre o prazo referido no subitem 13.1 e o correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

<u>Sigla</u>	<u>Significado / Descrição</u>
EM	Encargos Moratórios.
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a ser paga.
TX	Percentual da taxa anual = 6%
I	Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado: $I = \frac{TX}{100} \quad I = \frac{6}{100} \quad I = 0,0001644$ 365 365
TX	Percentual da taxa anual = 6%

13.3. O preço contratado será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir, utilizando-se, para tanto, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo IBGE, de acordo com normas jurídicas vigentes e em conformidade com as Leis Estaduais (PE) nº 12.525, de 30 de dezembro de 2003 e nº 12.932, de 05 de dezembro de 2005, aplicado ao caso por analogia em face a ausência de Legislação Municipal.

14. DAS PENALIDADES

14.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Gravata/PE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 14.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 14.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. Falhar na execução do contrato;
- 14.1.4. Não assinar o contrato e/ou ata de registro de preços no prazo estabelecido;
- 14.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.6. Não mantiver a proposta;
- 14.1.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
- 14.1.8. Cometer fraude fiscal;
- 14.1.9. Fizer declaração falsa.

14.2. Para condutas descritas nos subitens 14.1.1, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7; 14.1.8 e 14.1.9, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.



- 14.2.1. A licitante que não mantiver a proposta, nos termos da legislação vigente, será penalizada com multa, no percentual de 1,0% a 5,0% (um a cinco por cento) do valor ofertado pela empresa, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, em caso de reincidência;
- 14.2.2. A licitante que não mantiver a proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Gravatá/PE, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- 14.3. O retardamento da execução previsto no subitem 14.1.2, estará configurado quando a **CONTRATADA**:
- 14.3.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 07 (sete) dias, contados da data constante na ordem de fornecimento;
- 14.3.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, as obrigações definidas no contrato por 03 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
- 14.4. Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata o subitem 14.1.3, o valor relativo às multas aplicadas em razão do subitem 14.7.
- 14.5. A falha na execução do contrato prevista no subitem 14.1.3 estará configurada quando a **CONTRATADA** se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na TABELA 03 do item 14.7 desta cláusula, respeitada a graduação de infrações conforme a TABELA 01 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

TABELA 01

Grau da Infração	Pontos da Infração
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

- 14.6. O comportamento previsto no subitem 14.1.5 estará configurado quando a **CONTRATADA** executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.
- 14.7. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o Fundo Municipal aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 02

Grau	Correspondência
1	0,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação



2	0,4% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
3	0,8% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
4	1,6% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
5	3,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
6	4,0% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação

TABELA 03

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Executar fornecimento incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de fornecimento ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de fornecimento determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
7	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência

PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:

8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela Fiscalização.	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação da Fiscalização para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência



11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização.	2	Por ocorrência
12	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
13	Entregar a garantia contratual eventualmente exigida nos termos e prazos estipulados.	1	Por dia

- 14.8. A sanção de multa poderá ser aplicada à **CONTRATADA** juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 14.1 desta cláusula.
- 14.9. As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a **CONTRATADA** cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;
- 14.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP;
- 14.11. A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado;
- 14.12. Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa, o contratado será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial;
- 14.13. Decorrido o prazo previsto no item 14.12, o **CONTRATANTE** encaminhará a multa para cobrança judicial;
- 14.14. O Fundo Municipal poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, logística (carregamento e descarregamento do material), comissões, pessoal, embalagem, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem;
- 15.2. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital do **Pregão Eletrônico CEL/FMS nº 026/2020** e nos termos da legislação pertinente;
- 15.3. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação;

16. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. Este Registro de Preços poderá ser cancelado a qualquer tempo por inobservância de qualquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial e também, nos casos de Falência, Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial ou Dissolução da **CONTRATADA**, bem como da transferência do presente Contrato, no todo ou em parte, imperícia, negligência ou imprudência na durante a execução do fornecimento, conforme preceitua a Seção V do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



16.1.1 Não se aplicará o cancelamento por motivo de recuperação judicial, de que trata o item anterior, caso a empresa detentora da ata já tenha tido o plano de recuperação homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações assumidas.

17. DA SUCESSÃO

17.1. Este Registro de Preço obriga as partes **CONTRATANTES** e aos seus sucessores, que na falta delas assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

18. DA PUBLICAÇÃO

18.1. Esta Ata de Registro de Preço terá o seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado, como condição de sua eficácia, na forma preconizada no parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Gravatá/PE para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Gravatá, _____ de _____ de 2020.

LUIZ RIBAMAR SANTOS DE MELO
Secretário Municipal de Saúde

REPRESENTANTE DA EMPRESA
EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1 –

Nome: _____

CPF nº. _____

2 –

Nome: _____

CPF nº. _____

VISTO DO JURIDICO: _____



ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE _____
DE Nº ___/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE
UM LADO O MUNICÍPIO DE GRAVATÁ, E A
EMPRESA _____.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATÁ, Estado de Pernambuco, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Coronel Gustavo Borba, nº 490, Santa Luzia, Gravata/PE, CEP: 55.642-550, inscrita no CNPJ sob o nº 10.710.822/0001-10, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. **Luiz Ribamar Santos de Melo** naturalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº xxxxxxxx, CPF _____, residente e domiciliado no Município de Recife/PE, do outro lado a empresa (**Razão Social**), CNPJ Nº XX.XXX.XXX/XX-XX, situada a (Endereço Completo), aqui representado por seu Sócio Administrador, Srº (Nome Completo), (Nacionalidade), (Estado Civil), (Profissão), residente e domiciliado na (Endereço Completo), inscrito no CPF/MF sob o nº. XXX.XXX.XX-XX, portador do RG nº X.XXX.XXX – (Órgão Expedidor), daí por diante denominada **CONTRATADA**, em conformidade com a **Processo Licitatório CEL/FMS nº 028/2020 – Pregão Eletrônico nº 026/2020**, devidamente homologada pela Autoridade Superior em ___/2020, nos termos da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações têm, entre si, justo e acordado o presente Contrato o qual fazem e na melhor forma de Direito, mediante as cláusulas e estipulações seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente, a contratação de empresa especializada no fornecimento de Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e quadro abaixo, tudo de acordo com o disposto na Ata de Registro de Preços nº_/2020 - FMS, **Processo Licitatório CEL/FMS nº 028/2020, Pregão Eletrônico nº. 026/2020** e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, os quais independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante deste instrumento, exceto nas partes porventura aqui expressamente modificadas.

Lote(s) XXXXX						
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
01						

Nº Nota de Empenho: _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME JURÍDICO

O objeto do presente contrato rege-se pelas disposições expressas no Edital do Pregão Eletrônico ora citadas, e subsidiariamente pela Lei Federal Nº. 10.520 de 17/07/2002, Decreto 10.024/2019, Decreto [Municipal](#) nº



016/2018 e 046/2018, subsidiariamente a Lei Federal Nº. 8.666/93 e suas alterações, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, por suas cláusulas e preceitos de direito público, aplicando-se Ihe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente **CONTRATO** vigorará pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

- a) Unilateralmente pelo Fundo Municipal, conforme Art. 65, Inciso I da Lei 8.666/93;
- b) Por acordo das partes, conforme Art. 65, Inciso II da Lei 8.666/93;

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

Constituem motivos para a rescisão do contrato os casos relacionados no Art. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na hipótese de rescisão contratual nas formas previstas nos incisos I a XI e XVII, art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, terá a **CONTRATADA** direito, exclusivamente, ao pagamento dos objetos corretamente fornecidos, perdendo ainda em favor da **CONTRATANTE**, o valor das garantias contratuais, a título de pena convencional.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

Pelo fornecimento do objeto pactuado na cláusula primeira do presente **CONTRATO** a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** R\$ _____, ____ (_____).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os pagamentos serão efetuados conforme demanda, no prazo de até 30 (trinta) dias da apresentação da fatura ou nota fiscal, acompanhada de relatório mensal de fornecimento, devidamente atestados por servidor responsável indicado;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** com situação irregular ou enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que Ihe for imposta, em virtude de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A **CONTRATANTE** se reserva ao direito de suspender o pagamento caso o serviço seja executado em desacordo com as especificações constantes neste instrumento contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do **CONTRATANTE**, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, entre a data contratual prevista e o correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

CEL - Comissão Especial de Licitação /FMS - Fundo Municipal de Saúde
Rua Coronel Gustavo Borba, nº 490, Santa Luzia, Gravata/PE, CEP: 55.642-550
Email: celgravata@yahoo.com/Fone: (81) 3563.9024



<u>Sigla</u>	<u>Significado / Descrição</u>
EM	Encargos Moratórios.
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a ser paga.
TX	Percentual da taxa anual = 6%
I	Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado: $I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$
TX	Percentual da taxa anual = 6%

PARÁGRAFO QUINTO - O preço contratado será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir, utilizando-se, para tanto, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo IBGE, de acordo com normas jurídicas vigentes e em conformidade com as Leis Estaduais (PE) nº 12.525, de 30 de dezembro de 2003 e nº 12.932, de 05 de dezembro de 2005, aplicado ao caso por analogia em face a ausência de Legislação Municipal.

PARÁGRAFO SEXTO - No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a **CONTRATADA** deverá solicitar formalmente a Prefeitura Municipal de Gravatá, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Procuradoria Geral do Município para devido parecer.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Gravatá, para o exercício de 2020, que serão indicadas abaixo:

ATENÇÃO BÁSICA- ATB

ÓRGÃO: 02.18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02.18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE: 10.301.1003.2452.0000 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA

DESPESA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 09 – RECURSOS TRANSFERIDOS PELO SUS

ÓRGÃO: 02.18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02.18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE: 10.301.2452. 0000 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA

DESPESA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 00 - SAÚDE – GERAL

MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

ÓRGÃO: 02.18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02.18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE: 10.302.1004.2454.0000 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 09 – RECURSOS TRANSFERIDOS PELO SUS

CEL - Comissão Especial de Licitação /FMS - Fundo Municipal de Saúde
Rua Coronel Gustavo Borba, nº 490, Santa Luzia, Gravatá/PE, CEP: 55.642-550
Email: celgravata@yahoo.com/Fone: (81) 3563.9024



ÓRGÃO: 02.18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02.18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE: 10.302.1004.2454.0000- MAUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 00 – SAÚDE-GERAL

CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE

Fica expressamente vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto deste Contrato e do **Pregão Eletrônico nº 026/2020 – Processo Licitatório CEL/FMS nº 028/2020**.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização periódica do cumprimento do objeto deste contrato será confiada ao servidor Dra. Andreza Siqueira, CRBM n.º2990 Coordenador Clínica do Hospital Dr. Paulo da Veiga Pessoa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/CONTRATANTE

I - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, **são obrigações da CONTRATADA:**

- a) Cumprir fielmente as normas estabelecidas neste instrumento contratual, de forma que os produtos sejam entregues em perfeito estado e condições, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da ordem de fornecimento;
- b) Fornecer os produtos rigorosamente de acordo com as especificações constantes neste instrumento contratual, obedecidos os critérios e padrões de qualidade predeterminados;
- c) No prazo de 05 (cinco) dias corridos, para reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas no todo ou em parte, o objeto em que se encontrarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, transporte e incidentes correlatos, mesmo após ter sido recebido definitivamente;
- d) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à **CONTRATANTE**;
- e) Manter durante toda a execução do futuro contrato as condições de habilitação na licitação;
- f) Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento por escrito;
- g) A **CONTRATADA** não pode transferir a terceiros, por qualquer forma, o objeto contratado, nem subcontratar qualquer parte do mesmo a que está é obrigada a cumprir, sem prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE**;
- h) Emitir Nota Fiscal em duas vias devendo indicar o número: do Processo, da Nota de Empenho, o nome e número do Banco, Agência e número da Conta Corrente da **CONTRATADA** onde será realizado o crédito correspondente ao pagamento do objeto deste instrumento;
- i) A **CONTRATADA** deverá entregar os Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes, no endereço disposto indicado no Termo de Referência, na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificado, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela ANVISA, acompanhados da documentação



fiscal, em duas vias, com especificação dos quantitativos discriminados na nota fiscal apresentados em unidades individualizadas. O número dos itens dos Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes recebidos deve constar na rotulagem, e na nota fiscal, especificados;

j) Realizar o transporte dos Reagentes Laboratoriais para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de Comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes/testes, obedecendo a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade dos mesmos;

II - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, **são obrigações da CONTRATANTE:**

a) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, bem como atestar, através de comissão de servidores, as Notas Fiscais relativas à efetiva entrega dos produtos;

b) Rejeitar no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas;

c) Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades previstas, quando for o caso;

d) Rejeitar no todo ou em parte, os itens entregues em desacordo com o objeto deste instrumento contratual;

e) Rejeitar os produtos cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes deste contrato;

f) Fiscalizar a execução contratual;

g) Permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** às suas dependências para o fiel cumprimento de suas obrigações e prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela mesma; e,

h) Efetuar o pagamento da empresa **CONTRATADA** em conformidade ao estabelecido neste instrumento contratual, mediante conferência dos documentos: Nota Fiscal/Futura e devidamente atestadas por servidor efetivo ou cargo em comissão, encarregado do recebimento e observado o cumprimento integral das disposições contidas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

I - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei 10.520/2002, a **CONTRATADA** que:

a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) Fraudar na execução do contrato;

d) Comportar-se de modo inidôneo;

e) Cometer fraude fiscal;

f) Não manter a proposta.

II - A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



- a) Advertências por faltas leves, assim entendidas, aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**;
- b) Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado do início de sua execução, até o limite máximo de 2% (dois por cento). Acima do limite aqui estabelecido, caracterizará inexecução total da obrigação assumida;
- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sob o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional a obrigação inadimplida.
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Órgão, Entidade ou Unidade Administrativa, pela qual a Administração Pública opera ou atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- f) Impedimento de licitar e contratar com o município como consequente descredenciamento no Registro Cadastral no prazo de até 05 (cinco) anos.
- g) Declaração Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE**, pelos prejuízos causados.
- h) Também ficam sujeitas às penalidades do artigo 87, III e IV, da Lei nº 8.666/1993, a **CONTRATADA** que:
- i) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal, no recolhimento de quaisquer tributos.
- j) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- k) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o Fundo Municipal em virtude de atos ilícitos praticados.
- l) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa da **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.
- m) A autoridade competente na aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à **CONTRATANTE**, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Na hipótese de existência, na esfera judicial, de decisões favoráveis à Prefeitura Municipal de Gravata, a sucumbência a que for condenada a parte *ex-adversa*, nos termos do Art. 20 do Código de Processo Civil Brasileiro, pertencerá, exclusivamente, ao **CONTRATANTE**, de pleno direito.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Elegem, as partes **CONTRATANTES**, o Foro do Município de Gravatá, Estado de Pernambuco, para solução de qualquer pendência oriunda deste contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e combinados, assinam o presente contrato em (04) quatro vias de igual teor, para o mesmo fim juntamente com duas testemunhas no presente ato.

Gravatá, ___de_____de 2020.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 –

Nome: _____

CPF nº. _____

2 –

Nome: _____

CPF nº. _____

VISTO DO JURIDICO: _____